# UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Mariza Felippe Assunção

# A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NOS ANOS DE 1990 NA ILHA DE CARATATEUA/BELÉM-PARÁ

Belém 2005

# UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Mariza Felippe Assunção

# A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NOS ANOS DE 1990 NA ILHA DE CARATATEUA/BELÉM-PARÁ

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Orlando Nobre Bezerra de Souza.

Belém 2005

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

## Mariza Felippe Assunção

# A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NOS ANOS DE 1990 NA ILHA DE CARATATEUA/BELÉM-PARÁ

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Defesa: Belém (PA), 30 de junho de 2005

Conceito:

#### **Banca Examinadora**

Prof. Dr.Orlando Nobre Bezerra de Souza Centro de Educação/UFPA, Orientador

Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra Centro Agropecuário/UFPA

Profa. Dra. Ney Cristina Monteiro de Oliveira Centro de Educação/UFPA,

À Nina (*in memoriam*), que em pouco tempo na escola da vida acumulou grande sabedoria.

Ao Kauê e à Tainá por quem tenho grande amor.

#### **AGRADECIMENTOS**

Ao meu pai, Justo, minha inspiração primeira, retirante nordestino, que bandeou para as terras do Norte, fugindo da seca de 1937, aqui fez família e me ensinou que o espírito de conquista é a maior das virtudes e que esse valor deve ser buscado na educação.

Ao fiel escudeiro, amigo, companheiro e amante Daniel, pelo carinho, dedicação, apoio e cumplicidade que ao longo dos anos tem perseguido o ideal de um mundo mais justo para os nossos filhos.

Ao meu orientador, Orlando Nobre de Souza, por mim escolhido, que me acolheu e que aceitou o desafio de me orientar, meu carinho, respeito e admiração.

À amiga educadora, Jacqueline Serra Freire, grande incentivadora de minha carreira profissional.

À amiga educadora, Diana Lemes, que desde a sua vinda do Vale do Jequitinhonha vem construindo sua trajetória no campo educacional com sabedoria.

Às amigas vizinhas educadoras, Cely Nunes e Sônia Bertolo, que contribuíram com suas críticas sempre em boa hora.

À minha irmã Marilene, meio irmã-meio mãe, pelas orações e apoio espiritual. À Marly e à Márcia, também educadoras que me acolheram nesta empreitada.

Aos professores Gutemberg Guerra e Ney Cristina que nortearam o meu caminho na ocasião do exame de qualificação.

A Faculdade Ideal (FACI), pelo incentivo a participação em eventos, em especial a Coordenadora do Curso de Pedagogia, professora Ana Célia Bezerra, e a professora Socorro Hage.

Aos senhores Biribá e Mariano Klautau, moradores de Caratateua meu respeito e admiração, pela forma como conduzem suas vidas perseguindo o sonho de que a ilha possa um dia ser compreendida para além das margens insulares, onde a cidadania seja realmente exercida.

"É impossível teorizar a sociedade, teorizar a educação, sem uma compreensão das formas e processos pelos quais ambos são constituídos culturalmente."

Tomaz Tadeu da Silva (1994)

#### RESUMO

Esta pesquisa analisa a política municipal de educação da ilha de Caratateua na cidade de Belém-Pará e tem como objeto de investigação a análise das Políticas Públicas Educacionais implementadas pelo poder público municipal na referida ilha, no marco das gestões governamentais no período de 1993 a 1996 e 1997 a 2000. O problema de pesquisa diz respeito a política de expansão da Rede Municipal de Ensino (RME), sendo que o acesso à educação é uma das diretrizes da política municipal de educação implementada em cada uma das gestões governamentais. Nesse sentido, o desenho institucional da RME na década de 1990 evidencia distintas concepções de democratização do acesso à educação e de inclusão social, instigando-me às seguintes questões orientadoras desta pesquisa: a) Quais os fundamentos políticos e pedagógicos das políticas públicas educacionais implementadas pelas administrações municipais na ilha de Caratateua na década de 1990? b) Quais as concepções de democratização do acesso, de inclusão social e de educação subjacentes às diretrizes e estratégias das políticas educacionais na ilha de Caratateua no referido período? A pesquisa teve como objetivos: a) Caracterizar as ações implementadas na esfera educacional pelo poder público municipal na ilha de Caratateua na década de 1990; b) Analisar os fundamentos da política municipal de educação implementada na ilha de Caratateua na referida década. Com relação aos procedimentos metodológicos, optei pelo estudo de caso, por entender que este vem ao encontro do reconhecimento de que o problema de pesquisa ora proposto assume uma especificidade no contexto da ilha de Caratateua. Destaca-se também o cotejamento da análise dos documentos e as entrevistas realizadas com os gestores da política municipal e com os moradores da ilha, que me permitiram articular as seguintes categorias de análise: democratização e inclusão. Os resultados evidenciam que: os avanços proporcionados pela inserção da parte insular de Belém na discussão do desenvolvimento sustentável ampliaram as demandas educacionais e a necessidade de desenvolvimento nos diferentes espaços da cidade; houve uma efetiva participação dos movimentos sociais em prol da educação da ilha: e que a descontinuidade das gestões obstaculizou um aprofundamento dos processos de democratização e inclusão educacional.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas educacionais, democratização, inclusão social.

#### **ABSTRACT**

This research analyses the Municipal Educational Politics of the Caratateua's island on the Belém/PA city and has an investigation object the public educational politics inserted by the Municipal public Government on the mentioned island, on the government mandates of the 1993 to 1996 years and of the 1997 to 2000 mandate. The **research problem** is about the spread politics of the Municipal Teaching Net (RME) that makes the education access one of the basis of the government mandates. On this way, the RME's institutional on the 90's proves different conceptions of how to make popular the education access and the social inclusion, that urged me to ask myself the following **questions** that will orientate this research: a) Which are the politics and teaching fundaments of the educational public politics inserted by the municipal administration on the Caratateua's island on the 90's? b) Which are the conceptions of the popular access, of the social inclusion and the second basis and strategies of the educational politics on the Caratateua's island on the same period? The research has the following objectives: a) Show the characteristics of the actions inserted on the educational sphere by the municipal public government on the Caratateua's island on the 90's; b) Analysis the fundaments of the municipal educational politics inserted on the Caratateua's island on the same decade (90's). About the method proceeding, I opted for the case study, because it recognizes that the research problem assumes a specificly proposal on the context of the Caratateua's island. Also emphasizes the comparison on the analysis of the documents and the interviews made with the municipal politics managers and with the island's local residents, that allow me to articulate the following analysis category: democrate process and inclusion. The results proves that: the progress proporcionate by the placing of Belém's insular part on the sustainable development discussion has enlarged the educational demands and the development needs on different city spaces; had an effective participation of the social movements in favour of the island education; and that the uncontinuated management has created an obstacle to make deeper the democrate process and the educational inclusion.

KEYWORDS: educational public politics, democrate process, social inclusion.

## **SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1- UM JEITO DE SER INSULAR	20
1.1 BELÉM: CIDADE DAS MANGUEIRAS E DAS ILHAS - PRAZER EM CONHECE-LA!	20
1.2 REFLEXÕES ACERCA DA INSULARIDADE	28
1.3 A ILHA E A CIDADE: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO	31
CAPÍTULO 2- PLANEJAMENTO E EDUCAÇÃO NA ILHA DE CARATATEUA	38
2.1 O PAPEL DO ESTADO NO CONTEXTO DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA	38
2.2 PLANEJAMENTO NO BRASIL E NA AMAZÔNIA	45
2.3 O PLANO DIRETOR DAS ILHAS DE BELÉM E O TRATAMENTO DA QUESTÃO EDUCACIONAL	53
2.4 A GESTÃO 1993 – 1996. OS SISTEMAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: ELEMENTOS CONTEXTUAIS	60
2.4.1 Belém: A vanguarda dos sistemas municipais?	64
2.5 A GESTÃO 1997 – 2000: DEMOCRATIZANDO O ACESSO À EDUCAÇÃO NA ILHA DE CARATATEUA	68
CAPÍTULO 3- DERIVAS E DERIVAÇÕES DA EDUCAÇÃO	71
3.1 MOVIMENTOS SOCIAIS NA ILHA DE CARATATEUA	71
3.1.1 Movimentos sociais e educação: uma interação necessária	76
3.1.2 Um cenário particular: Movimentos sociais na ilha de Caratateua em prol da educação	78
3.2 REPERCUSSÕES DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM AÇÃO NA ILHA DE CARATATEUA	85
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS Para além das margens insulares	100
REFERÊNCIAS	105
ANEVOS	110

# **INTRODUÇÃO**

Parafraseando Thiago de Melo, poeta amazonense, não tenho um caminho novo a percorrer por entre a ilha de Caratateua, mas um jeito novo de caminhar por ela e com certeza com outro olhar, e é este novo olhar que proponho mostrar no presente texto que se constitui no exercício de produção textual de minha Dissertação de Mestrado e reflete os rastros do caminho que até então percorri, dos olhares que lancei para o problema que venho investigando, revelando um processo, uma construção.

Trata-se de uma autodenúncia - denúncia autorizada, de uma exposição autenticada - por vezes dolorosa, por vezes docemente conquistada e acolhida. Trata-se do registro do que andei pensando, tateando, ruminando. Produto de minha experiência, afinal aprendi com Bondía (2002, p. 21), (e não quero desaprender) que:

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. [...] É incapaz de experiência aquele a quem nada lhe passa, a quem nada lhe acontece, a quem nada lhe sucede, a quem nada lhe toca, nada lhe chega, nada o afeta, a quem nada o ameaça, a quem nada ocorre.

É então produto da necessidade do meu olhar, de ir além do que está estabelecido, de ser visionária, pois, "Ver é olhar para tomar conhecimento e para ter conhecimento". (CHAUÍ, 1988, p. 35).

Tenho como marco temporal da experiência dessa construção do olhar, as minhas inquietações tecidas durante meu processo de formação acadêmica, desde a graduação em Ciências Sociais, e posteriormente a experiência no Curso de Especialização em Educação e Problemas Regionais, do Centro de Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA), nos primeiros anos da década de 1990, que me oportunizaram importantes reflexões sobre a política educacional vigente no país, no Estado e no município àquela época.

As razões de cunho profissional estão relacionadas inicialmente a minha experiência como professora do Sistema Modular de Ensino, da Secretaria de Educação do Estado (Seduc), que me propiciou o conhecimento acerca da realidade educacional de vários municípios de diferentes regiões do estado do Pará, onde pude presenciar o cotidiano de localidades e conseqüentemente de escolas que dependem das condições físicas da Rodovia Transamazônica, como algo determinante para o seu dia-a-dia; a realidade de alunos do nordeste do Pará que, para ter acesso ao então 2º grau, precisavam caminhar cerca de 8 km e, enfim, as aulas a luz de vela ministradas na região do Médio Amazonas. Foi um momento ímpar de minha carreira, pois me valeu para lançar um olhar crítico sobre os problemas educacionais, vivenciados com meus alunos e colegas professores e por todos aqueles que de alguma forma fazem a história da educação em nosso Estado.

Também considero como algo de suma importância o exercício da docência como Professora Substituta no Centro de Educação da UFPA na disciplina Problemas Regionais e Educação, que requeria um processo permanente de estudo/compreensão sobre a problemática educacional da região. A experiência no ensino superior evidenciou as limitações em termos de produção acadêmica sobre esse nível da realidade amazônica, instigando-me a nesse momento, propor um estudo que se somasse a outras pesquisas comprometidas com a reversão desse quadro ainda tímido de produção acadêmica na área, considerando-se a envergadura do desafio educacional da região.

Alia-se a essa experiência, a docência em diferentes níveis de ensino na Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, localizada na ilha de Caratateua - *lócus* do meu estudo. O ingresso na Escola Bosque no ano de 1998, atuando na Educação de Jovens e Adultos (EJA);

e no processo de formação de nível médio nas habilitações de Técnico em Manejo de Fauna, Técnico em Manejo de Flora e Técnico em Ecoturismo, instigou-me a uma série de reflexões sobre a realidade da educação na ilha, que se somaram às experiências vivenciadas, sendo que esta última, busco esboçar no contexto da problemática da pesquisa.

Naquele momento eu refletia acerca do contexto educacional que os ilhéus vivenciavam, na condição de moradores tão próximos da parte continental do município e ao mesmo tempo tão distantes do acesso a bens e serviços destinados e/ou usufruídos por aqueles que moravam mais próximo do centro da cidade. O ano seguinte foi marcado pela experiência na pesquisa acerca do Inventário Turístico das ilhas de Belém, atividade desenvolvida pela Fundação Escola Bosque em conjunto com outras instituições que me valeu o acesso ao conhecimento de outras ilhas de Belém, de relativa proximidade com Caratateua. E me questionava se a distância era algo determinante ou o fato de ser uma Ilha? Era preciso então ter um entendimento conceitual acerca da questão da insularidade. O ano de 2000 se constituiu no momento de maior envolvimento com as questões mais pungentes da ilha, pois assumi a Coordenação de Educação Infantil e Ciclos Básicos I e II, de 06 (seis) Anexos da Escola Bosque que se localizavam na própria ilha<sup>1</sup>, mas em diferentes e distantes pontos da mesma, onde através de reuniões com os pais, reuniões de Conselho de Ciclo, e reuniões com a comunidade local; pude ter acesso a informações importantes de ordem econômica e social, como por exemplo: nos anexos do Fama e do Tucumaeira que se localizavam em áreas do mesmo nome, a economia local mais marcante se voltava para o desenvolvimento de atividades agrícolas e de pesca, a coleta de frutos para posterior venda no distrito de Icoaraci

.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Compunha o corpo discente da Escola Bosque os alunos da sede e de 13 anexos, sendo que 07 desses anexos se localizavam em outras ilhas que fazem parte do território de Belém.

também compunha o orçamento das famílias. Nos anexos da Brasília, Água Boa e Primavera, também localizados em áreas do mesmo nome, a venda de produtos na praia se constituía como importante fonte de renda, sendo uma atividade desenvolvida tanto pelos pais ou responsáveis dos alunos, como pelos próprios alunos em alguns casos comprometendo o aproveitamento escolar. Percebi portanto quão era importante o papel desempenhado pela escola e a expectativa dos alunos e pais para com a mesma, que mesmo fazendo a crítica sobre a infra-estrutura dos Anexos e as condições de acesso, reconheciam a plena importância de seus filhos e netos obterem acesso à educação. Passei então a questionar: Que educação a esfera municipal estava destinando a essas crianças? Quais as limitações? Quais os avanços?

Optei então pela investigação acerca da política municipal de educação na ilha de Caratateua, estabelecendo como marco temporal a década de 1990, por esta se constituir em um período de intenso debate e efetivação de reformas educacionais em todo o Brasil, no município de Belém e conseqüentemente na Ilha de Caratateua, discussão que será fomentada em todo o estudo. A esse respeito a análise de Silva (1992) sobre a política educacional brasileira, para os anos de 1990 é elucidativa sobre a realidade educacional até os anos de 1980. Afirma a autora que:

O sucateamento da nossa educação se expressa nos indicadores educacionais da década de 80, que retratam estagnação ou até mesmo retrocesso no atendimento quantitativo em todos os níveis de ensino – com exceção da pré-escola, cuja matrícula inicial cresceu 4,82% em 1980 para 9,8% em 1989, aumento que, embora significativo em termos absolutos, pouco quer dizer quando se considera a magnitude da demanda a ser atendida (SILVA, 1992, p. 232).

Naquele momento o Pará era marcado por um expressivo crescimento econômico, que pode ser traduzido pelo incremento do Produto Interno Bruto (PIB)

do estado em 5,08 vezes, enquanto o PIB brasileiro cresceu 2,85 vezes, no período de 1970-1985. Em que pese esses dados, o cenário educacional expresso no Plano Estadual de Educação 1995-1999 é uma evidência inequívoca da incompatibilidade entre os indicadores econômicos e sociais.

Consta no referido Plano que o *déficit* escolar em 1994 correspondia a 545.690 vagas, os índices de desqualificação docente eram de 40,2% no ensino fundamental e 55,1% na educação infantil, aliado a um elevado índice de analfabetismo entre pessoas na faixa de 15 anos em diante, que ultrapassava 20%.

Diante do quadro acima mencionado e na certeza de que a ampliação do conhecimento sobre a realidade educacional da Amazônia se constitui em um importante empreendimento teórico e prático para o desenvolvimento da referida região, o **objeto** de investigação desta pesquisa consiste na análise das Políticas Públicas Educacionais implementadas pelo poder público municipal na Ilha de Caratateua, no marco de duas gestões governamentais da década de 1990, a partir da compreensão dos fundamentos político-pedagógicos das diretrizes educacionais e das ações implementadas pelos governos municipais nos quadriênios 1993-1996 e 1997-2000². O **problema de pesquisa** diz respeito à política de expansão da Rede Municipal de Ensino (RME) que no primeiro governo eleito na década de 1990 privilegiou a implantação de Unidades Educacionais de Desenvolvimento Sustentável (UEDS), instituídas por meio do Subsistema Educacional de Unidades para o Desenvolvimento Sustentável, no escopo da institucionalização do Sistema Municipal de Educação, que também constituiu as Unidades de Educação Básica (UEB), enquanto outro subsistema educacional. O segundo governo eleito naquela

-

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Ao longo do texto utilizarei a nomenclatura **1º governo**, que compreende o período de 1993 a 1996, que se refere a administração do então prefeito Hélio da Motta Gueiros, e **2º governo** que compreende o período entre 1997 a 2000, que se refere ao 1º mandato do então prefeito Edílson Brito Rodrigues.

década, elegeu as UEB como objeto de sua prioridade de acesso à educação, e assumiu a reconfiguração institucional das UEDS, política essa consolidada na I Conferência Municipal de Educação, realizada na cidade de Belém em 1998.

A prioridade conferida às UEDS traduziu-se pela implantação de quatro estabelecimentos de ensino, contemplando educação formal e não-formal - o Liceu de Artes e Ofícios (Guamá), o Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso (Icoaraci), a Escola Parque Amazônia (Terra Firme) e o Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira (Ilha de Caratateua) - sem investimentos na construção de UEB e conseqüente limitação de expansão de vagas nesse subsistema. A construção de 21 escolas no quadriênio 1997-2000, a implantação do turno noturno nas UEDS, e a conseqüente expansão de vagas retratam sinteticamente a prioridade conferida as UEB no segundo governo.

O acesso à educação é uma das diretrizes da política municipal de educação implementada em cada uma das gestões governamentais. Tal diretriz não se traduz apenas pela questão da expansão de vagas, expressando concepções políticas e educativas. Nesse sentido, o desenho institucional da RME na década de 1990 evidencia distintas concepções de democratização do acesso à educação e de inclusão social, pelo fato de:

- a) A ilha de Caratateua sediar a UEDS Escola Bosque, definida na legislação educacional instituída em 1994, como referência ecológica e técnica da educação ambiental, passando a ser considerada como prioridade relevante do Sistema Próprio de Educação;
  - b) A implantação de UEBS como estratégia do segundo governo.

Portanto a década de 1990 evidencia diferentes (re)configurações institucionais, instigando-me às seguintes **questões** orientadoras desta pesquisa:

- a) Quais os fundamentos políticos e pedagógicos das políticas públicas educacionais implementadas pelas administrações municipais na ilha de Caratateua na década de 1990?
- b) Quais as concepções de democratização do acesso, de inclusão social subjacentes às diretrizes e estratégias das políticas educacionais na ilha de Caratateua no referido período?

Tendo em vista a formulação do problema, a pesquisa teve como **objetivos**:

- a) Caracterizar as ações implementadas na esfera educacional pelo poder público municipal na ilha de Caratateua na década de 1990;
- b) Analisar os fundamentos da política municipal de educação implementadas na ilha de Caratateua na referida década.

#### A TRILHA METODOLÓGICA

Com relação aos procedimentos metodológicos, optei pelo **estudo de caso**, por entender que este vem ao encontro do reconhecimento de que o problema de pesquisa ora proposto assume uma especificidade no contexto da ilha de Caratateua pelos seguintes aspectos:

- A ilha sedia a UEDS instituída como referência ecológica e técnica, devendo dispensar atenção especial ao complexo de ilhas, de acordo com a legislação educacional estabelecida em 1994 (Lei Municipal nº 7.722, de 07 de junho de 1994).
- A Fundação Escola Bosque foi instituída como a referência de educação ambiental para a cidade e para a RME;

- O Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT), cuja sede é a ilha de Caratateua, é o único distrito que em área de expansão urbana sedia UEDS e UEB no município de Belém;
- O convívio dialético entre a dinâmica de expansão urbana e a dinâmica rural, constituindo-se como um pólo irradiador da política de democratização do acesso à educação nas ilhas abrigadas no DAOUT, o que confere singularidade à ilha de Caratateua.

A pesquisa bibliográfica faz parte de todo o processo de investigação. As análises dos documentos oficiais representaram uma importante fonte de informação "natural", obrigatória, uma vez que estes não estão desprovidos de sua contextualização histórico-social (LUDKE, 1986). Considero os documentos abaixo citados como os mais relevantes, por entender que os mesmos se coadunaram com o meu objeto de pesquisa, sendo estes:

- I- Plano Decenal de Educação para Todos do Município de Belém (1993 2003);
  - II- Plano Diretor das Ilhas de Caratateua e Mosqueiro (1994);
- III- Sistema de Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Município de Belém (1995);
- IV- I Conferência Municipal de Educação. Escola Cabana: dando futuro às crianças (1998);
- V- Escola Cabana: Construindo uma Educação Democrática e Popular. Cadernos de Educação n. 1 (1999).

A análise documental e as entrevistas <sup>3</sup> se constituíram também nos instrumentos de apreensão e compreensão do objeto-problema. A análise e interpretação de dados referem-se à fase final da pesquisa, o que demandou um exaustivo aprofundamento teórico, sendo também este o momento propício para a construção das categorias de análise, que se constituíram em: **democratização e inclusão**, uma vez que os dois governos pesquisados se valeram desses dois conceitos e/ou referenciais para efetivar seus programas.

Considerando os procedimentos acima apresentados, os entrevistados foram fundamentalmente, os gestores da política municipal de educação dos períodos já citados, dois moradores de Caratateua, sendo que estes obedeceram aos seguintes critérios:

- I- Foram membros do Conselho de Representantes da Ilha de Caratateua (Consilha)<sup>4</sup>, entidade representativa, que tinha como uma de suas diretrizes as discussões acerca das questões educacionais.
- II- Foram militantes dos movimentos sociais que vivenciaram o processo de transformação educacional da ilha de Caratateua na década em estudo.

Os roteiros utilizados para a realização das entrevistas constam nos Anexos 1 e 2.

O texto da dissertação perfaz três capítulos assim estruturados:

No Capítulo 1, intitulado **Um jeito de ser insular**, é apresentada uma abordagem histórico-social da origem da cidade de Belém, considerando aspectos

<sup>4</sup> O Consilha congregava representantes de 13 centros comunitários, na década de 1990 desempenhou importante papel nas decisões da Ilha, a exemplo da não emancipação do distrito em 1993, bem como o processo de construção e implantação do Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque em 1994.

.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> As entrevistas foram do tipo semi-estruturadas, que segundo M. Thiollent (1987), se constituem em questões abertas tendo como referência um roteiro básico, que dão liberdade ao entrevistador flexibilizar os questionamentos conforme a necessidade da investigação.

importantes acerca de sua formação, de sua fundação e da sua importância socioeconômica no contexto da Região Amazônica. Situa também a Ilha de Caratateua como parte insular da cidade de Belém, demarcando sua origem e história.

No Capítulo 2, intitulado **Planejamento e educação na ilha de Caratateua**, são abordadas as discussões acerca do papel desempenhado pelo Estado no âmbito das políticas educacionais e análise do planejamento para o desenvolvimento no Brasil e na Amazônia e a origem dos Planos Diretores Municipais, tendo como conseqüência o Plano Diretor das Ilhas de Belém e o tratamento da questão educacional.

No Capítulo 3, intitulado **Derivas e derivações da educação** contempla, de forma concludente, as proposições acerca da ampliação do conhecimento sobre as políticas públicas educacionais de Caratateua, tendo por base os fundamentos e as ações educacionais materializadas na ilha, derivadas pelas duas gestões municipais do período estudado.

Nas considerações finais há uma abordagem sobre os resultados obtidos pela pesquisa e sua contribuição para a política educacional da cidade de Belém, em especial a destinada à ilha de Caratateua.

## CAPÍTULO 1 UM JEITO DE SER INSULAR

"Pego as rédeas e o dorso desta imaginária Ilha e cavalgo mudo na trilha dos deserdados O vento nem parece o vento, Mas choramingo de ventres e desnascidos."

Araújo (2004, p.13)

#### 1.1 BELÉM: CIDADE DAS MANGUEIRAS E DAS ILHAS - PRAZER EM CONHECÊ-LA!

Tendo a baía do Guajará como cúmplice dos dias chuvosos que caracterizam seu clima, a cidade de Belém inspira poetas, e angaria dia após dia, amantes apaixonados por sua beleza, sua arquitetura (mesmo que violentada pelo tempo), sua gente, seu verde, imprecisão dos seus traços, enfim pelo encanto de suas águas, águas que se misturam com as águas do rio Guamá. Águas que inquietam e motivam conhecer e questionar dentre tantas coisas, a história da sua gente em busca da sua verdade, do que lhe foi imposto, a sua organização, seu movimento, a intervenção pública na área educacional desta cidade. Para tanto é necessário situála no tempo e no espaco.

Capital do estado do Pará, a maior cidade da região Norte do Brasil e da linha do Equador, o território que compreende a Região Metropolitana de Belém, possui uma área de 51.569,36 ha, sendo que 17.317,24 ha referem-se à porção continental e uma porção insular de 34.252,12 ha que compreende 42 ilhas, sendo Mosqueiro a maior delas, seguida por Caratateua e Cotijuba. Segundo dados do Anuário Estatístico de Belém de 1999, a cidade limita-se ao norte pela baía do Marajó; ao nordeste, pelo município de Santo Antônio do Tauá; a leste, pelo município de Santa

Bárbara; a sudeste pelos municípios de Benevides e Ananindeua; ao sul, pelo município de Acará; a sudoeste, pelo município de Barcarena; e a oeste, pelo arquipélago do Marajó.

Quase um terço da população do estado do Pará concentra-se na Grande Belém, isso significa que a população da RMB se aproxima de 1,8 milhão de habitantes em contraste com a população de todo o Estado que é de 6.192.307 segundo dados do IBGE / Censo 2000. Situada próximo à linha do Equador (01°27'21) o que lhe confere um clima quente e úmido (2600 a 3300 mm/ano) é entrecortada por bacias hidrográficas, sendo que as principais são: a bacia do Una (36,64 km²); a do Tucunduba (10,55 km²); Armas e do Reduto (2,74 km²); Estrada Nova (9,64 km²); e Comércio-Tamandaré (2,11 km²).

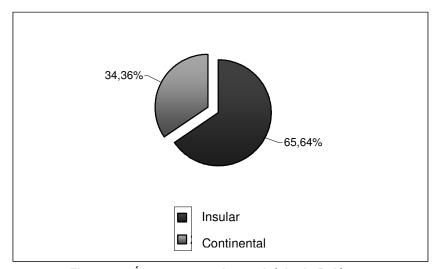


Figura 1 – Área terrestre do município de Belém

Do ponto de vista topográfico, trata-se de uma cidade predominantemente insular, sendo a única capital do país que possui tão numeroso conjuntos de ilhas, o que lhe confere singularidade. Daí a poética afirmação de Eidorfe Moreira, misto de filósofo e geógrafo ao identificar que nenhuma capital brasileira apresenta tão numeroso constelário de ilhas, afirmando que: "Se o rio define o plano e engrandece

a perspectiva, nas ilhas, no entanto, é que reside a graça da paisagem belenense. A cidade nasceu por assim dizer insular" (MOREIRA, 1966, p. 65)

De características tipicamente amazônicas, a cidade expressa sua particularidade, seja pela beleza das conjugações arquitetônicas (aqui me refiro aos sedutores casarões do bairro da Cidade Velha), seja pelo túnel de mangueiras da antiga avenida 15 de Agosto, atualmente denominada de Presidente Vargas, e ainda pela diversidade cultural que a qualifica, constituída pelas lendas, histórias, arte indígena, costumes, sotaques, o que reforça seu emblema de tipicalidade.

Denominada de Santa Maria de Belém do Grão Pará, anteriormente Feliz Lusitânia, até definitivamente chegar a denominação atual - Belém, a cidade foi fundada no século XVII, por Francisco Caldeira Castelo Branco, capitão do exército português, enviado pela coroa lusa para defender o território contra as tentativas de conquista da França, da Holanda e da Inglaterra, tendo como primeira iniciativa o levantamento do Forte do Presépio, hoje conhecido como Forte do Castelo. A adesão à independência do Brasil se deu praticamente um ano depois porque a cidade se distanciava do centro de decisões, dificultando a comunicação entre as províncias, ficando um longo período ligada à Coroa Portuguesa. Inicialmente contemplada por edificações civis e eclesiásticas, sendo o Forte do Castelo e a Igreja de Nossa Senhora das Graças, o ponto de partida para o surgimento de casas de taipa, material muito utilizado na época.

Mais tarde o comércio de produtos da floresta tropical (as drogas do sertão conhecidas como o ouro verde da floresta), realizado por meio das exportações significaria um salto econômico para a cidade, refletindo na expansão do centro urbano, com a abertura de novas ruas e travessas. Segundo Lago (2005, p. 6) "o primeiro patrimônio territorial do município é área definida como Primeira Légua

Patrimonial (Cidade Velha) concedida à Câmara Municipal por meio da carta de Doação e Sesmaria em 01.09.1627, onde até hoje a Prefeitura recebe enfiteuse."

No século XVIII, mais precisamente em 1753, chega a Belém, Antônio Giuseppe Landi, arquiteto régio, professor do Instituto de Ciências de Bolonha, que imprime sua marca indelével da arquitetura setecentista, muito festejada até os nossos dias<sup>5</sup>. A cidade passa então a reverenciar o estilo *Art Noveau*.<sup>6</sup>

Por volta de 1830 a província do Grão-Pará, que compreende territorialmente os atuais estados do Pará, do Amazonas e do Amapá, vivenciaram a mais importante revolta popular do período da Regência, denominada Cabanagem, alusão feita à origem social de seus integrantes - os cabanos, moradores de casa de palha, que se rebelaram contra os abusos de portugueses e ingleses. Naquele momento, índios e tapuios (indígenas não aldeados), bem como os escravos negros, não mais aceitavam trabalhar em regime de escravidão nos aldeamentos, e encontraram apoio em parte do clero e em profissionais liberais nacionalistas, que também se opunham ao controle político e econômico dos colonizadores. A partir da prisão dos líderes cabanos, Batista Campos e Eduardo Angelim, os revoltosos planejaram a luta armada dando início, na ótica dos historiadores, à mais notável revolta popular brasileira, que levou as camadas populares ao poder, aclamando Clemente Malcher como presidente da Província, seguido mais tarde por Francisco Vinagre.

Enfrentando repressão e tendo como inimigo maior a fome, a população que era composta de aproximadamente 80 mil pessoas, foi reduzida a 30 mil, ou seja,

<sup>6</sup> Estilo arquitetônico europeu, muito difundido no Brasil no início do século, que se peculiariza pela exuberância decorativa, formas ondulantes e elegantes.

-

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Várias obras arquitetônicas são de autoria de Landi, a exemplo da Catedral da Sé, Igreja do Carmo, Igreja São João Batista, Palácio do Governo, Igreja e Convento dos Mercedários, Igreja Santana, e Igreja do Rosário dos Homens Pretos, tendo como área de concentração os bairros da Cidade Velha e do Comércio.

62,5% da população havia morrido de fome ou em combate. Em 1839 toda a revolta já teria sido sufocada pelas forças do poder institucionalizado e o governo do Rio de Janeiro anistiou os líderes revolucionários (DI PAOLO, 1990). É digno de nota que a gestão da prefeitura de Belém referente ao 2º mandato da década de 1990 se apropriou do ideário cabano, enquanto metáfora para designar um governo do povo, pautado pela participação popular.

Bem mais tarde, no período compreendido entre 1897-1910, a cidade experimenta o apogeu de sua urbanização pela administração de Antônio Lemos que revitalizou a estética urbana da cidade, sob os auspícios do tempo áureo da economia da borracha (*Hevea Brasiliensis*), considerado o período da *Belle Époque*<sup>7</sup> belenense, tendo atingido nessa época grande importância comercial. Desta fase datam edificações importantes que deixaram sua marca para a história de Belém; a exemplo do Teatro da Paz (1878), Palácio Antônio Lemos e o Mercado do Ver-o-Peso (1901).

Ao longo da história, vários povos estrangeiros fizeram parte do cotidiano de Belém, foram povos de diversas nacionalidades que aqui chegaram com diferentes interesses e/ou objetivos, se fixando na capital ou se embrenhando pelo interior do estado, estabelecendo as matrizes da formação sócio-cultural dos povos

-

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> A *Belle Époque* é o período caracterizado pela expressão de grande entusiasmo vinda do triunfo das conquistas materiais e tecnológicas, como a luz elétrica e o telefone, entre outras invenções, nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX. A época é também marcada pela ampliação das redes de comércio internacional e pela crença de que o progresso trazido pelas mais diversas máquinas resolveria todos os problemas da humanidade. As cidades tornam-se o local privilegiado desse momento, em que o otimismo predomina. Elas passam a se modernizar esteticamente com o objetivo de se tornar mais "progressistas" e "civilizadas", termos comuns no período. O marco dessa busca é a grande reforma urbana implementada em Paris pelo Barão Georges Eugène Haussmann, entre 1853 e 1869, que tornou a cidade o modelo urbano do período (FOLLIS, 2004). Na Amazônia esse período coincide com a fase áurea da borracha, o que favoreceu as elites locais a viverem esse período intensamente. Em Belém, o Teatro da Paz foi palco de intensas atividades culturais e artísticas.

amazônicos. O catálogo da exposição "Belém dos Imigrantes - história e memória," indica a presença de pelo menos dez nacionalidades que pluralizaram a história de Belém, a saber: portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, italianos, alemães, marroquinos, libaneses, barbadianos e japoneses. A referência a essas nacionalidades denota o amálgama da cultura brasileira e amazônica, ou seja, o legado de diferentes nacionalidades na composição da identidade cultural e amazônica. Na verdade esses povos vieram se somar com aqueles que representam a origem da população da região que são os índios, inicialmente da tribo tupinambá, nossa principal herança cultural.

Assim como outras capitais do país, a cidade de Belém chega ao século XX com problemas administrativos, de infra-estrutura, de investimentos em diversos setores, bem como, com a ausência de políticas públicas, que garanta uma qualidade de vida para uma parcela significativa de seus habitantes. O crescimento da cidade obedeceu aos ditames do poder econômico, onde a polarização social entre ricos e pobres se expunha cotidianamente, passando a população economicamente bem aquinhoada a ocupar as terras altas ou secas, restando para a população de baixa renda, as áreas das baixadas, porção significativa da cidade, uma vez que a "Cidade das mangueiras", como é carinhosamente chamada, é entrecortada por pequenos rios e igarapés, a despeito do projeto de saneamento e urbanização realizado em Belém, nas décadas subseqüentes, em nome do progresso, levando ao comprometimento de vários acidentes geográficos que compunham a paisagem de Belém.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> A exposição se realizou no contexto da reinauguração do Palacete Bolonha, como parte do projeto de revitalização histórica de Belém, em outubro de 2004, tendo a frente o Museu de Arte de Belém (MABE).

Um morador da ilha chama a atenção para o tratamento que historicamente a cidade de Belém (a parte continental) e não apenas as ilhas vêm recebendo, onde houve uma confusa interpretação acerca do caráter insular conferido a Belém, visto claramente quando afirma em entrevista concedida a esta pesquisa que a paisagem geoambiental de Belém foi mutilada:

Os acidentes geográficos que caracterizavam Belém, em a cidade das águas se transformaram em canal, por isso que eu digo que Belém é falsamente um continente. Na verdade é rigorosamente um arquipélago, por que quando se atravessa a ponte do Galo, se atravessa da ilha da Sacramenta para a ilha do Telégrafo, basta pegar o relatório do Antônio Lemos, que tem em desenhos a proposta de comunicação entre da cidade de Belém através dos rios, através dos recursos hídricos, e os bairros estão colocados como ilhas [...] (Depoimento verbal - Morador A).

Às margens do rio Guamá, o núcleo urbano historicamente foi se consolidando, constituindo-se num entreposto comercial, sendo que na década de 1950, a cidade respira os ventos modernistas, iniciando um processo de verticalização e novos bairros passam a fazer parte do cenário belenense, revelando sinais claros da urbanização da pobreza e da exclusão social, que vai se acentuar na década de 1970, uma vez que o deslocamento humano das áreas rurais em direção à cidade ocorreu sem planejamento.

Importante ressaltar que é somente por volta dos anos de 1980, que o poder público do município de Belém procura ampliar seu raio de ação para a sua porção insular<sup>9</sup>, mais como uma ação reativa à expansão do processo de urbanização, do que como uma ação intencional, capaz de inserir em seu território, o desenvolvimento de políticas públicas, que pudessem oferecer respostas aos anseios, dificuldades e expectativas, dos segmentos que habitavam a ilha de Caratateua naquele momento.

.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Em que pese os interesses de ordem política, a construção da ponte Enéas Martins na década de 1980, ligando o continente à ilha de Caratateua, se constitui num marco histórico, em torno do reconhecimento e da importância desta ilha para a cidade.

É sob o signo das contradições características da história da Região Amazônica que a cidade de Belém revelou em seu cotidiano, modelos diferenciados de dominação, dada a sua herança européia em contraste com sua identidade regional. A grande expansão do capital, desde o Ciclo Genovês<sup>10</sup>, marca a origem da cidade ainda na época de sua fundação, em 1616, diante de sua posição geográfica estratégica para os colonizadores lusos, tornando-se a principal fortaleza portuguesa, oficialmente estabelecida pela União Ibérica assim como, nas mais recentes investidas de perpetuação deste modo de produção nos séculos XIX e XX; visível através da história, da sucessiva modernização, e do seu padrão de urbanização, conseqüentemente de um processo de exclusão historicamente desmedido, revelando as diferentes formas de como os povos amazônicos curvamse à nova lógica civilizatória, da crise da modernização, do estabelecimento de novos valores e modelos de organização social.

E todas essas transformações que fazem parte da história do município, influenciaram para que a parte insular de Belém fosse colocada num plano secundário e conseqüentemente desconsiderado o seu potencial ecológico, turístico, socioeconômico e cultural, restando apenas ações pontuais voltadas para minimizar e/ou amenizar problemas de infra-estrutura. Desencadeada pelas exigências da Constituição Federal de 1988, por meio de um capítulo especial do Plano Diretor de Belém e da Lei Orgânica do Município datada de 1990, é que a compreensão de Insularidade se manifesta mais fortemente, atendendo aos anseios dos movimentos sociais provenientes das ilhas<sup>11</sup>. Esses documentos passam a conferir às Ilhas de Belém, relevância socioambiental. Esse entendimento é conseqüência de novos

1

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Arrighi (1994) considera que o processo de acumulação do capital em escala mundial se deu através de 4 ciclos sistêmicos, a saber: o ciclo genovês, o ciclo holandês, o ciclo britânico, e o ciclo norte-americano sendo que o primeiro compreende o período que vai do século XV ao início do século XVII.

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Um tópico do Capítulo 3 trata especificamente dos movimentos sociais da ilha de Caratateua.

paradigmas voltados para o desenvolvimento sustentável, a exemplo do zoneamento ecológico econômico, pressuposto científico para qualquer tipo de ocupação de espaço, que se refere à necessidade cada vez maior de planejar a cidade, congregando aspectos econômicos com a realidade social e ambiental. Surge então a necessidade de se reportar à questão da insularidade do ponto de vista sociológico, pois não se trata aqui de se ater ao espaço insular apenas enquanto categoria geográfica<sup>12</sup> uma vez que este não é o cerne da pesquisa, no entanto será apreendido como uma dimensão analítica adicional e importante. Constitui-se como mais um elemento que se somará à discussão acerca das políticas públicas educacionais no contexto singular da ilha de Caratateua, e/ou as peculiaridades que a diferem da parte mais urbanizada da cidade, uma vez que ambas têm uma proximidade tanto espacial como social, entendendo essa relação como uma totalidade, o que justifica inclusive, o *estudo de caso* como opção metodológica para esta investigação científica. Daí o entendimento de que Belém tem *um jeito de ser insular*.

#### 1.2 REFLEXÕES ACERCA DA INSULARIDADE

Insularidade é entendida aqui como a relação estabelecida entre os ilhéus e a barreira natural (ilha) e o exterior (a cidade) que assume uma relevância socioeconômica cíclica e sociocultural, o que deriva na demanda de políticas públicas (GONCALVES, 2002).

\_

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Segundo (SANTOS, 2002, p. 25), a construção do discurso geográfico se faz em torno de duas linguagens intercomplementares: a cartográfica (que foi o ponto de partida da geometria e que hoje, numa reversão espetacular, tem nela a sua base técnica) e o texto discursivo propriamente dito. Ambas são, sem dúvida, leituras socialmente construídas do mundo.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base nos resultados do Censo Demográfico de 2000, analisa a realidade socioeconômica brasileira, a partir da malha dos municípios, sendo que um dos indicadores se refere à inserção de pessoas no mercado de trabalho e rendimento familiar. A cidade de Belém, em especial a ilha de Caratateua, por fazer parte da área periférica da cidade se inscreve na lógica da estrutura familiar diversificada, onde o nível de desemprego e subemprego é acentuado. As condições de vida da população são deficientes no que se refere ao acesso de bens e serviços. A mão-de-obra vincula-se ao emprego informal, condicionada à venda de alimentos na orla com predomínio do trabalho infantil, e a participação feminina na condição de chefe de família é marcante, quadro revelado pela matéria publicada em jornal de grande circulação na cidade afirmando que:

No Pará, 22,3% das famílias são chefiadas por mulheres, só perdendo para Roraima (23,5%). O rendimento mensal das mulheres na Região Metropolitana de Belém é de R\$ 449,20 e dos homens é de R\$ 603,60. (CAVALCANTI, 2005, p. 3).

A ilha de Caratateua ao constituir-se como um espaço historicamente construído, que convive com a dicotomia dos conflitos produzidos no continente e no seu interior, vivencia a precariedade de atendimento de serviços básicos advindos de ordem política, social e cultural, refletindo em sua *ilheidade*, esta entendida pela subjetividade própria dos ilhéus, da construção de sua identidade imposta pelas diversas instâncias de poder, que só pode ser compreendida se levar em consideração seus referenciais físicos, sua memória coletiva, suas práticas econômicas, simbólicas e não supervalorizar seu possível isolamento e dificuldades de acesso num determinado período histórico (DIEGUES, 1997), uma vez que o cotidiano da ilha não se constitui apenas pelo fato de estar cercada de água, mas acima de tudo, pelas práticas sociais que lhe são inerentes, onde a organização

social pode aprofundar processos de exclusão social ou de um desenvolvimento endógeno (DIEGUES, 1986), com diferentes graus de autonomia.

Convém a apreensão de que o espaço usufruído pelos ilhéus é um espaço dialético, cujo cotidiano estabelece a produção das mais diversas e possíveis relações e, portanto antagônicas e complementares.

O espaço insular caracteriza-se pelo fato de ser uma estrutura territorial cujos limites se impõem à atenção e à ação humana. Defini-se por uma extensão naturalmente limitada por referências definitivas, as fronteiras que não podem ser alargadas pela ação humana. (GONÇALVES, 2005, p. 4).

Trata-se de um território, estudado conceitualmente por vários autores. Para SILVA (apud DIEGUES, 1986), o território é a primeira concretude do lugar: são as relações de produção num lugar apropriado da natureza ou de outros pela conquista. Ainda para Gonçalves (2005, p. 6), os componentes fundamentais variáveis do território insular são: "a superfície, a orografia, a distância ao continente mais próximo, a distância à ilha mais próxima e que define um outro conceito de arquipélago".

O território é definido pelas relações de poder/domínio para Santos (apud DIEGUES, 1986); enquanto que para Freire (2002), ao estudar as sociedades tradicionais, assim conceitua:

O território transcende a dimensão física do ambiente, englobando as relações sociais existentes, os elementos visíveis, invisíveis e simbólicos. É o espaço de reprodução econômica, social e cultural dessas sociedades vivenciadas por várias gerações, cujos saberes são transmitidos por via oral, e a valorização das simbologias, dos mitos e dos rituais, são elementos do modo próprio de viver (p. 78).

A partir da compreensão do conceito de território, posso inferir que se ele é o espaço da reprodução, está, portanto vinculado à idéia e/ou à lógica da conquista e da acumulação, da produção e da reprodução do processo de trabalho, revelando as condições favoráveis ou não de sobrevivência, que no caso específico da ilha em

estudo, induz à necessária compreensão do espaço e do jogo simbólico que este conceito envolve.

No projeto de Plano de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas de Belém, com relação à dimensão insular consta uma crítica acerca de que existe uma visão dicotômica por parte da administração pública:

Uma prioridade compulsiva do "pensar e do fazer" sobre o suposto continente e a omissão com o arquipélago, cujas ilhas são "cogitadas" apenas como colônias de férias-espécie de catarse urbana - ou no máximo, exóticas, como cenários perfeitos para a literatura de "novos viajantes" (ARAÚJO, 2000, p. 2).

O projeto acima referido revela a fala de moradores da ilha, refletindo um certo ressentimento com relação ao caráter secundário dirigido historicamente a Caratateua e afirma que, sem necessariamente retirar sua essencialidade amazônica, as ilhas podem representar:

sustentabilidade do ponto de vista da produção, a partir da agricultura familiar, não a partir de uma indústria sofisticada, mas uma atividade voltada para o desenvolvimento sustentável, que é a agregação de valores, você agrega aquele valor, aquele produto do extrativismo, que era matéria bruta exportada por uma agroindústria, numa linha de agricultura familiar (Depoimento verbal - Autor do projeto).

A afirmação anterior retrata a crítica feita ao poder público, que historicamente não dá a atenção apropriada a ilha, como um espaço que deve se voltar para uma garantia de melhor qualidade de vida, situação que poderá ser claramente percebida na contextualização a seguir.

# 1.3 A ILHA E A CIDADE: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Há duas versões para a origem do nome Caratateua. Uma delas refere-se ao fato de ter havido uma plantação muito grande de batata nas proximidades do bairro

da Brasília e as pessoas mais antigas assim se referiam, "vou lá em Caratateua"; a outra versão refere-se ao fato de que em tupi-guarani "cará" significa batata, e "teua" significa grande, portanto o sentido etimológico refere-se a "batata grande", e é este o desenho geográfico visto no mapa da Ilha, estando situada no centro-leste do município de Belém e vinculada administrativamente ao Distrito Administrativo do Outeiro (DAOUT). Contempla uma área de 3.165 ha ou 31,65 km² distante aproximadamente 35 km do centro da cidade, a ilha conta com uma população de 15.797 habitantes, segundo dados do Censo 2000. É separada da sede do distrito de Icoaraci a sudoeste, e da ilha de Mutum; a sudeste pelo furo do rio Maguari, da baía de Santo Antônio; e da Ilha de Mosqueiro, a noroeste do município.

Popularmente conhecida como Outeiro, cuja denominação também é usada por geomorfólogos para descrever os aspectos geográficos e as pequenas elevações que a ilha possui, a Vila do Outeiro surgiu em 18 de novembro de 1918, pela Lei nº 1743, que desapropriou a Fazenda São João do Outeiro para loteamento e conseqüente povoação, embora haja registro de emissão de carta de Sesmaria a Raimundo Santos, datada de 06 de abril de 1731 <sup>13</sup>. As terras de Caratateua compreendiam uma área dividida em quatro grandes fazendas, a São João do Outeiro, Redentor, Água Boa e Santa Cruz. Naquele momento teve início a Construção do Instituto Organológico, que se tornou mais tarde uma hospedaria, depois Escola Agrícola, onde atualmente funciona o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar (CEFAP).

A Lei Municipal n. 7806, de julho de 1996, dispõe apenas sobre a existência de quatro bairros na ilha: Brasília, São João do Outeiro, Itaiteua e Água Boa.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Dados recolhidos da reportagem do Jornal local "O Liberal" em matéria de autoria de Júnior Guimarães, datada de 20.11.1997, Caderno Atualidades. Segundo a matéria, a planta do novo povoado foi feita pelo técnico C. Henry e publicada em 14 de novembro de 1918, contendo um traçado de poucas ruas, destacando-se apenas a atual Manuel Barata, a Beira-Rio.

Entretanto, existem também os bairros do Fidélis, do Fama e do Tucumaeira. O bairro mais antigo é denominado de Itaiteua onde se originou a concentração populacional na ilha. Ocupada por segmentos populacionais de baixa renda, a ilha sofre com a carência de serviços urbanos, sendo composta por quatro praias: do Amor, do Outeiro, da Brasília e do Redentor, se constituindo numa alternativa de lazer para a população de baixa renda de Belém.

A história de Caratateua não se destoa da história das Ilhas de Belém como um todo, que segundo Guerra (2003), a respeito da expansão do território de Belém para as ilhas, assim se refere:

Ocupadas desde tempos imemoriais por populações indígenas e mais recentemente por populações tradicionais, as ilhas de Belém receberam durante muitos governos o tratamento de periferias que se prestavam ao isolamento de categorias consideradas perigosas, possíveis portadoras de doenças infecciosas ou de comportamento marginal. Caratateua serviu de quarentena para migrantes, no início do século XX. Cotijuba abrigou, depois da década de 30 um reformatório para menores, uma colônia penal e famílias de japoneses discriminadas no período pós-Segunda Guerra Mundial. As Ilhas cumpriram igualmente papel estratégico em momentos de conflitos armados como a Cabanagem e estiveram sob o domínio e controle das Forças Armadas e União (p. 157).

Reflexo da influência dos projetos de colonização para a Região Amazônica, gestado nos governos pós-1964, a capital paraense sofre sérias transformações dentre elas as referentes à questão urbana, uma vez que as condições de vida na cidade estão condicionadas à correlação de forças entre as classes sociais (RODRIGUES, 1998). A pobreza urbana é sem dúvida o maior problema enfrentado pela capital paraense, mesmo que contraditoriamente, na década de 1980, o registro do Produto Interno Bruto apresentou um crescimento de 3% na Região Metropolitana de Belém; enquanto que a média nacional é de 1,8%, levando a análises incorretas, uma vez que os Grandes Projetos implantados na Região Amazônica não repercutiram em números significativos de emprego ou geração de

trabalho e renda, para a maioria da população das cidades do estado do Pará, bem como para a sua capital.

A organização interna da cidade, bem como o conseqüente processo de metropolização <sup>14</sup>, típico das grandes cidades, são fatores que denotam alguns questionamentos relacionados à construção/negação do direito à cidade e à cidadania (TRINDADE, 1994, p. 271). Dentre outros conceitos, a cidade aqui é entendida como um campo de lutas, de experiências, de vivências e não apenas como uma simples aglomeração de pessoas e capitais, colocando em relevo a luta pela cidadania, pelas transformações socioespaciais (CORREA apud TRINDADE, 1994, p. 272).

A urbanização acelerada ocorrida no Brasil a partir da década de 1950, equivale ao processo de internacionalização da economia, e mais precisamente pós1964, quando a industrialização no país se coloca enquanto padrão definitivo, onde a presença do Estado e do capital internacional estabelecem um caráter planejador para enfrentar as novas contradições relacionadas, por exemplo, a questão urbana, uma vez que esta modifica as formas de produção historicamente existentes, desencadeando um crescimento populacional desordenado, impulsionando a migração para as cidades, valendo o posicionamento de Trindade (1994, p. 277), quando afirma que: "A cidade que se agiganta em termos de extensão territorial e número populacional se torna relativamente mais esvaziada quanto ao número de cidadãos. Esta parece ser uma das principais contradições da metropolização".

Consequentemente o ritmo do crescimento demográfico, reduz o território e compromete a qualidade de vida. A Tabela 1 revela o crescimento populacional da

٠

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Pela Lei complementar de 14.08.1973, cria-se a Região Metropolitana de Belém ou a Grande Belém, composta por seus distritos e Ananindeua. Representa 1/3 da população do estado e se constitui na capital mais populosa da Região Amazônica.

ilha de Caratateua, na virada da década de 1980 para 1990, com grande repercussão para a década de 1990, período estudado nesta pesquisa.

Tabela 1 – Crescimento da população da área metropolitana de Belém

Município de Belém	População residente 1988	População residente 1990	Crescimento %
BELÉM	1.492.973	1.573.286	5,4
MOSQUEIRO	22.945	24.341	6,08
CARATATEUA	7.096	15.976	125,00

Fonte: IBGE/CEF, 1990.

Especificamente em Caratateua, os fatores que concorrem para o crescimento exponencial da população em 125%, num curto espaço de tempo, referem-se a: a) construção da ponte Enéas Martins, que liga a Ilha ao continente urbanizado de Belém; b) condições físicas e estruturais da periferia de Belém, caracterizada por áreas alagáveis - as baixadas<sup>15</sup>, que sofrem com a morosidade das ações requeridas pelos movimentos sociais <sup>16</sup> ao estado, no que tange ao atendimento de serviços básicos; c) valorização do solo e/ou a especulação imobiliária no centro da cidade; impulsionando a população a se afastar para áreas mais distantes, onde o solo enquanto reserva de valor ainda não atingiu cifras incompatíveis com as camadas sociais menos aquinhoadas economicamente.

Os dois exemplos mais marcantes na cidade de Belém do avanço da população em direção à periferia da cidade, pelos motivos acima mencionados, referem-se ao surgimento do Conjunto Habitacional Cidade Nova, em Ananindeua

<sup>15</sup> Na topografia de Belém, 40% de sua extensão é composta por áreas alagáveis, denominadas culturalmente de baixadas, que são terrenos que exigem vultuosas somas de recursos do Estado, para permitir uma urbanização em níveis humanos (RODRIGUES, 1998, p. 108).

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Aqui me refiro as comunidades que vinculados a Centros Comunitários e/ou Associações de Bairros, exercem seu papel de reivindicadores de atendimentos básicos como serviço de água e esgoto, coleta regular de lixo, etc.

(município que faz parte da Região Metropolitana de Belém) ainda na década de 1970; e o inchamento populacional ocorrido na ilha de Caratateua.

Observa-se, inicialmente, no primeiro exemplo uma padronização imposta ao modelo de habitação (urbanização planejada e periférica) e, no segundo um desordenamento com relação ao tipo de moradia, e formas de apropriação do espaço, ambos tendo íntima relação com a questão da precariedade das periferias das grandes cidades do Brasil.

Na cidade de Belém precisamente esse processo está vinculado às ações governamentais presentes nas décadas de 1970 e 1980, já mencionados anteriormente, em que programas, planos e projetos se realizaram e que podem ser entendidos a partir de vários fatores, dentre estes o papel desempenhado pelo Estado nacional, que naquele momento:

O Estado defendeu e viabilizou o interesse do grande capital nacional e multinacional. Estes precisavam ver redefinido o papel da Amazônia na divisão internacional do trabalho,como fornecedora de matérias-primas semi-elaboradas ou não e como espaço de reprodução da força de trabalho, retendo os fluxos populacionais que crescentemente se dirigiram do Nordeste e do Centro-Sul para a região. Dessa forma a ação do Estado na Amazônia pôs em prática o projeto resultante de descobrir novas fontes de fornecimento de matéria prima, para atender às necessidades crescentes do capitalismo (SILVA, 1995, p. 65).

Nesse contexto, a cidade de Belém assume uma configuração urbana de acordo com a evolução do modo de produção capitalista, resguardando as devidas proporções, seguindo um trajeto temporal indicado por Rodrigues (1998), em três momentos históricos: o colonial, o moderno e o pós-moderno. Este último é caracterizado pela autora como o período compreendido a partir de 1964, onde situa a cidade entre aquelas que apresentam:

multiplicidade de intervenções no espaço de sua polarização. Produção do espaço influenciada por programas de renovação urbana e pelo desafio das camadas populares em habitar em áreas insalubres, e em questionar a estrutura fundiária [...] apresenta posição de destaque para o capital imobiliário [...] onde os agentes principais de organização do espaço são: o Estado, o capital imobiliário, as camadas populares (invasões) (1998, p. 121).

A política habitacional<sup>17</sup> empreendida pelo Governo Federal se caracterizou por grandes conjuntos habitacionais em áreas periféricas, e isso corresponde ao fato de Belém ter se expandido prioritariamente em direção ao município de Ananindeua e ao distrito de Icoaraci. Segundo Lago (2005), "essas áreas têm infra-estrutura precária e péssimas condições de saneamento básico que foram agravadas por loteamentos clandestinos, invasões e ocupações de áreas alagadas."

As considerações realizadas neste capítulo são importantes para compreender as políticas de educação municipal no contexto social e cultural da ilha de Caratateua, abrigadas nos dois governos da década em estudo e nessa discussão, compreender o papel do Estado que é fundamental para fomentar o debate acerca do tema proposto, dando seguimento ao próximo capítulo.

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> A política habitacional do Governo Federal nos anos de 1970 tem como referência principal o Projeto Promorar, sendo que nas duas décadas seguintes contou com os referidos órgãos: Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab-PA), Caixa Econômica Federal (CEF), Instituto de Previdência e Assistência aos servidores do Estado do Pará (Ipasep) e a Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (Codem) (LAGO, 2005, p. 6).

### CAPÍTULO 2 PLANEJAMENTO E EDUCAÇÃO NA ILHA DE CARATATEUA

"A educação de base é necessária, gratuita e obrigatória.

Aí se planta o grão da liberdade.

Aí se planta o sonho e a esperança.

Educação integradora na cultura, capaz de abrir a todas as crianças

O campo da igualdade no trabalho,

Uma terra de iguais para viver."

Poema dos Direitos da Criança Loureiro (2001)

### 2.1 O PAPEL DO ESTADO NO CONTEXTO DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Rever as teorias de Estado, cunhadas ao longo da história da civilização, é algo interessante que demanda um esforço intelectual muito grande, já realizado por um significativo número de teóricos. Por isso a intenção aqui é acima de tudo, estabelecer o debate em torno do papel desempenhado pelo Estado no contexto da política educacional brasileira mais recentemente, com vistas à compreensão da educação enquanto um bem público.

A construção do conceito de Estado obedeceu ao longo de sua história a uma ideologia formalista e/ou instrumentalista, supervalorizando seu aspecto jurídico. Farias (2000) chama atenção para a necessidade de compreensão do papel do Estado enquanto um instrumento político, social, histórico e contraditório; no marco do entendimento de que este é o caminho para estabelecer análises que não sejam estéreis. O mesmo autor defende que a natureza do Estado está assentada no entendimento de seu silogismo, de sua estrutura, de seu fetichismo, de sua genealogia, da fisco-finança e de sua teleologia, ou seja, é preciso compreendê-lo,

dentro de um *corpus* dialético que justifique sua própria contradição, organicidade e complexidade. Conseqüentemente, o Estado poderá desempenhar um papel de mediador, principalmente com relação à sociedade, assim como, com o próprio modo de produção capitalista; de agente interventor e ainda um papel espacial (FARIAS, 2000).

Nesta perspectiva, o Estado dá sustentação à implantação e permanência do processo de acumulação do capital, resguardando suas diferenças temporais e territoriais.

Historicamente o Estado capitalista sofreu transformações, permeadas por crises que abalaram suas estruturas, sendo estas estudadas por alguns estudiosos como ciclos sistêmicos de acumulação (ARRIGHI, 1994, p. 1).

Para alguns estudiosos, a queda da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, constituiu-se num marco histórico como a grande crise do capitalismo, que tem como pano de fundo o estremecimento das bases da democracia liberal, sendo que suas conseqüências visíveis diziam respeito, na época, ao desemprego em massa, bem como na abrupta queda das taxas de acumulação do capital.

Alguns mecanismos foram utilizados enquanto saída para a referida crise e dentre esses mecanismos, podemos considerar que a utilização do fundo público, enquanto padrão de acumulação capitalista, bem como, de financiamento da força de trabalho, representado pelos gastos sociais, foi de fundamental importância para aquele momento histórico, derivando o chamado Estado-providência (OLIVEIRA, 1998).

A entrada do Estado como imposição necessária no enfrentamento da crise de 29 foi, ao mesmo tempo, um mecanismo de superação da virulência da crise e um agravador da mesma nas décadas subseqüentes. A volta às teses monetaristas e mercantilistas protagonizadas pelo ideário neoliberal explicita a ilusão de que o problema crucial esteja nos processos de planejamento e, portanto, de interferência do Estado na economia. (FRIGOTTO, 1996, p. 70).

A supremacia keynesiana se inicia na década de 1930 e se consolida no pósguerra, enquanto referencial inovador para a organização do Estado, bem como das sociedades capitalistas, se constituindo numa política antecíclica e tendo como concepção teórica a centralidade no modelo de crescimento, no pleno emprego e na distribuição de renda.

As idéias de Keynes dão adeus ao *laissez faire*, ou seja, ao Estado não intervencionista liberal, implicando em profundas mudanças, não só econômicas como também na dinâmica social, estabelecendo novas formas de relação entre a sociedade e o Estado e, preponderantemente implantando uma nova divisão do trabalho, evidenciando novas teorias econômicas, com base no binômio taylorismo/fordismo (FRIGOTTO, 1996), onde o modelo de intervenção está centrado no tripé Estado/capital/trabalho (LEAL, 1990).

No âmbito internacional, plantam-se as bases para o Estado de Bem-Estar Social, tendo como característica principal o estabelecimento de políticas sociais voltadas para a garantia e a permanência no emprego, políticas de renda com ganhos de produtividade e de previdência social, onde mais uma vez o Fundo Público, os salários indiretos se estabelecem na tentativa de sustentação do padrão de acumulação capitalista. Segundo Frigotto (1996, p. 71) trata-se de um pacto, em que o Fundo Público irá garantir o financiamento do capital privado, bem como da reprodução da força de trabalho.

A partir do acordo de Bretton Woods <sup>18</sup>, que dá origem a instituições reguladoras, a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), instala-se um Estado regulador, de

-

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Segundo Silva (2002), o modelo de desenvolvimento econômico, implementado na América Latina, era produto de acordos efetuados na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas ou Conferência de Bretton Woods, realizada em 1944, no estado de New Hampshire, Estados Unidos.

caráter reformista, que conta com um período considerável de crescimento e estabilidade, em que a hegemonia americana se consolida, bem como a ascensão do Bloco Socialista. É este o ambiente que facilita a ampliação das políticas sociais, configurando o chamado *Welfare State*, trazendo em seu bojo, segundo Leal (1990).

a própria contradição capitalista: tanto é funcional ao processo de acumulação - na medida em que o setor público arca com parte dos custos de reprodução - quanto atende à classe trabalhadora, via concessões de benefícios sociais, promovendo sua reprodução e possibilitando as condições de sua manutenção.(p. 9) [...] O Welfare State desempenha funções fundamentais: de um lado, retirando do campo da luta de classes o conflito político, através da satisfação das necessidades da classe operária e da promoção dos meios para seu atendimento de forma coletiva. De outro, propiciando uma maior regularidade ao processo de produção, dando uma maior estabilidade à economia através da desconexão entre mudanças na demanda efetiva e no emprego (p. 8).

No Brasil este momento apresenta nuances no período desenvolvimentista, conferido a Era Vargas, chamando atenção para a necessidade de uma significativa intervenção do Estado, com o propósito de estimular a industrialização com vistas ao progresso, mas não se pode afirmar que no Brasil o *Welfare State* se materializou, uma vez que a ele é atribuído o acesso à melhoria de vida, à garantia de direitos sociais, e de um padrão de qualidade nas áreas de saúde, educação, moradia, emprego, seguro desemprego, salários indiretos, sendo que estas melhorias não correspondem na sua totalidade com a história do nosso país.

No plano internacional, a revolução tecnológica, a supervalorização do dólar, o fim da paridade ouro/dólar, a crise do modelo taylorista, a alta do petróleo, contribuíram de forma significativa para a crise que vai se substanciar na década de 1970.

Com relação às crises historicamente enfrentadas pelo modo de produção capitalista, Frigotto entende que:

A literatura que analisa a gênese e o desenvolvimento histórico do capitalismo, começando pelas análises de Marx, Engels e Rosa de Luxemburgo, nos dá conta que, de tempos em tempos, o sistema, de forma global, enfrenta crises violentas e colapsos que não vêm de fatores exógenos, mas justamente do caráter contraditório do processo capitalista de produção. As crises de 1914, 1929 e agora a crise que se apresenta de forma brutal dos anos 70/90, exemplificam estas erupções violentas de um processo de crises cíclicas. Os conteúdos, as formas, os atores e forças em jogo e a gravidade dos destroços são diversos no tempo e no espaço. Cabe, pacientemente, perquirir estas especificidades e evidenciá-las (1996, p. 65).

Concordando com as idéias de Frigotto (1996), é necessário evidenciar as conseqüências desse momento histórico no que se refere à efetiva necessidade de uma reestruturação produtiva, em que a globalização e o neoliberalismo se constituem como marco neste momento histórico. Otávio lanni, em sua obra clássica intitulada "A sociedade global", afirma que a idéia de globalização está em muitos lugares, e muitas interpretações podem ser atribuídas a ela, mas quando analisamos o modo de produção capitalista a partir de sua crise mais recente percebemos que:

As sociedades contemporâneas, a despeito das suas diversidades e tensões internas e externas, estão articuladas numa sociedade global. Uma sociedade global no sentido de que compreende relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, ainda que operando de modo desigual e contraditório. Nesse contexto, as formas regionais evidentemente continuam a subsistir e atuar. [...] Mas o que começa a predominar, a apresentar-se como uma determinação básica, constitutiva, é a sociedade global, a totalidade na qual pouco a pouco, tudo o mais começa a parecer parte, segmento, elo, momento. São singularidades, ou particularidades, cuja fisionomia possui ao menos um traço fundamental conferido pelo todo, pelos movimentos da sociedade global (1995, p. 39).

A globalização é um fenômeno que afeta múltiplas dimensões da vida humana, mas para se materializar, utiliza centralmente a economia, para o estabelecimento das leis de acumulação, de concentração e de centralização do capital, que rompem os limites reguladores dos estados nacionais.

Nesse processo, o neoliberalismo, como postulado teórico-ideológico, se estabelece por meio de seu vínculo direto com os princípios da concorrência. Mas é na virada de 1970 para 1980 que ele se constitui com mais força, a partir de

governos conservadores da Europa e dos Estados Unidos, abrindo as portas para o processo de intensificação da economia, sendo que este momento é chamado por alguns autores, a exemplo de Frigotto, de a 3ª Revolução Industrial.

Pode-se perceber que globalização e neoliberalismo, caminham *pari passu* na busca da efetiva supremacia do capitalismo, gerando a exclusão social, dada a contribuição de ambos para a fragilização do Estado Nacional, bem como para a destruição e/ou desarticulação dos movimentos sociais. Aqui me refiro particularmente aos países do Terceiro Mundo.

A periodização do receituário neoliberal na América Latina não se dá uniformemente, entre 1989 e 1990, é que a maioria dos países latino-americanos desencadeiam suas reformas (CANO, 1999, p. 300), onde o ajuste político e o ajuste econômico deram conta de estabelecer as normas herdadas dos países centrais; bem como flexibilizar os postulados do capitalismo, o que demonstra uma grande preocupação, por parte dos neoliberais com relação aos limites e alcances do poder. Sobre este assunto Bianchetti avalia que:

Toda a problemática dos neoliberais com o Estado está em relação com o conflito entre concentração e distribuição do poder, como também, com os mecanismos utilizados para a tomada de decisões. Este último aspecto mostra uma diferença importante do neoliberalismo com relação a outras posições liberais de orientação democrática, pois este modelo é partidário da distribuição do poder nas instituições sociais de alcance reduzido, rechaçando a democratização ampliada da sociedade por temor a uma possível "tirania da maioria" (1997, p. 80).

Para os neoliberais, o mercado se constitui enquanto eixo das relações sociais, defendendo a limitação do poder, e é por isso que ao longo da década de 1990, assistimos a intensas ações das agências internacionais, como FMI, Banco Mundial, que inspirados na lógica neoliberal, estabeleceram metas, políticas, e/ou econômicas, voltadas para o mercado, bem como claramente distantes do ideal de democracia almejado pela sociedade civil, na maioria das vezes representada pelos

movimentos sociais; trazendo em seu bojo conseqüências danosas para os diversos segmentos da sociedade.

Portanto, não podemos crer que as conseqüências da crise do capital se direcionam a um só caminho, basta que compreendamos a partir da dialética marxista, por exemplo, o modo como homens e mulheres produzem e reproduzem a sua existência, isto significa apreender o plural de onde só se fala no singular.

Uma das conseqüências visíveis da referida crise diz respeito às políticas públicas e mais precisamente no âmbito do planejamento urbano no Brasil, que diante da conjuntura política dos anos de 1980, planos e programas regionais e nacionais são sufocados pelos credores externos e internos e seus representantes (ARAÚJO, 1993).

Importa, portanto teorizar acerca do planejamento para o desenvolvimento brasileiro, aspecto que considero de grande importância para compreensão do surgimento dos planos diretores das cidades, valendo, entretanto antecipar a afirmação de que tanto as mudanças de concepção de Estado, da reestruturação econômica dos anos de 1960 e 1970 e a crise econômica vivenciada pelo país, provocada pela crise fiscal e financeira dos anos de 1980, anteriormente mencionada, geram rebatimento no desempenho do planejamento e das questões regionais de nosso país como veremos a seguir.

#### 2.2 PLANEJAMENTO NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

No Brasil, a experiência de planejamento urbano se dá a partir da década de 1930, mais especificamente no Centro-Sul, e tem a ver com a redefinição do modo de produção capitalista que àquela época passava de agro-exportador para urbano-industrial, reflexo da negação do modelo liberal econômico (MENDES, 1978). Somente na década de 1940 o planejamento se volta para as questões especificamente regionais, pois até então apenas a seca do Nordeste é que movimentava ações setorizadas, mesmo assim voltadas para o atendimento aos flagelados. O país precisava então se adequar à nova ordem e portanto a necessidade de planejamento era premente, com vistas ao desenvolvimento recorrente das determinações da Cepal, como afirma Mendes (1978) acerca da filosofia desenvolvimentista imposta ao planejamento econômico naquele momento histórico:

A Cepal propagou a idéia de que a industrialização planejada constituía em uma condição *sine qua non* para superar as barreiras do subdesenvolvimento. Por estas razões, a implantação do grupo misto BNDE-Cepal <sup>19</sup> apresenta-se importante tanto para a prática do Planejamento no Brasil como para a decolagem industrial que se verificaria no país no qüinqüênio (1957-1961) com a execução do Programa de Metas (p. 87).

Na década de 1950, o plano de metas representa o marco da experiência brasileira em planejamento. Constitui-se em um Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico que estabelece diretrizes e medidas referentes às ações governamentais e do setor privado. Nas décadas de 1950, 1960 e 1970 a experiência em planejamento foi crescendo a partir da conjugação de vários fatores. Trata-se de

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico/Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

políticas públicas de caráter macrorregional, (inicialmente setorial), uma vez que anterior a década de 1950, a relação comercial das regiões brasileiras se dava de forma expressiva com outros países, em detrimento da relação entre as próprias regiões. A partir de 1960, a economia se torna mais regionalizada em função da mudança de padrão de acumulação industrial, a nova constituição do mercado nacional e conseqüentemente da crescente urbanização.

Nesse período um bom exemplo de ação planejada se refere ao surgimento de órgãos de fomento e instituições financeiras que no caso particular da região Norte do país se materializou na emblemática Operação Amazônia.<sup>20</sup>

Outro exemplo se refere à experiência do país em recorrer a organismos internacionais de financiamento, que se dá de forma sistemática a partir da elaboração de planos, programas e projetos<sup>21</sup>, derivando no reconhecimento oficial por parte dos países desenvolvidos, de que "a atuação planejada do Estado na economia poderia representar uma garantia, para seus investimentos e transações. Estimulou -se assim a elaboração de planos nacionais tendentes a racionalizar e a coordenar a política econômica governamental" (op cit). Na verdade a experiência de

Lançada em 1966, a "Operação Amazônia" se constituía num amplo conjunto de políticas de Estado e reformas institucionais, objetivando em última instância, adequar a região às necessidades do novo padrão de acumulação nacional, apoiado no tripé — Estado/grande capital internacional/capital nacional, ao qual caberia o papel de sócio menor. (BRAGLIA, 1993). A exemplo de reformas institucionais efetivadas por esta operação, podemos citar a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em substituição a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA); a transformação do Banco de Crédito da Amazônia (BCA) em Banco da Amazônia (BASA S/A). Com relação às políticas de Estado, podemos citar a alteração da política de incentivos fiscais; a reorganização da Zona Franca de Manaus, todos ocorridos em 1966. A institucionalização do Programa de Integração Regional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agro-Indústria do Norte e Nordeste (Proterra), ocorridas em 1970.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Segundo Araújo (1993), a partir de 1961, com a Carta de Punta Del Leste (Uruguai), os países latino americanos vêem-se na contingência de elaborar Planos como forma de recorrer aos organismos mundiais de financiamento (p.91).

planejamento no Brasil assim como em alguns países da América Latina é marcada pela direta influência da filosofia cepalina.<sup>22</sup>

No seguimento do seu curso o planejamento regional no Brasil apresenta como característica, segundo Araújo (1993), "uma natureza compensatória, uma tônica complementar e acessória", ou seja, essa experiência supervalorizou a dimensão econômica de forma hegemônica, enquanto que a dimensão social foi comprometida pelo quadro social perverso da época e o que é mais grave, a dimensão política refere-se ao período da ditadura militar.

As superintendências<sup>23</sup>, como um esforço de regionalizar o planejamento, no contexto da ditadura militar, são órgãos que têm como característica um centralismo administrativo muito acentuado, amargando na década seguinte a crise vivenciada pelo Estado e legitimada nos anos de 1980 pela crise fiscal e financeira já abordada anteriormente, derivando no desaparecimento de tal lógica de planejamento mais setorizado.

Até a década de 1970 as mais importantes ações na área do planejamento no Brasil foram:

- Programa de Metas (1957-1961)
- Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965)
- Plano de Ação Econômica do Governo (1964-1966)
- Plano Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970)
- Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-1972)
- I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974)

<sup>22</sup> O diagnóstico da CEPAL apontava para imensos desequilíbrios sociais e econômicos tanto no plano interno dos países latino-americanos, como destes em relação às nações de Primeiro Mundo. Para superar as desigualdades e diminuir as defasagens existentes seriam necessárias reformas estruturais profundas. O agente fundamental para implementar essas reformas seria o Estado

nacional e seu principal instrumento: o planejamento governamental.

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> Como por exemplo, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (Sudeco), Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul).

#### - II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)

Somente com a movimentação da Constituinte de 1988, é que volta a cena, o apelo ao planejamento regional que resulta em um número considerado de artigos voltados para essa questão. No que se refere aos aspectos regionais contidos nos planos acima mencionados, sem incorrer no aprofundamento da questão, concordo com Mendes (1978), quando afirma que no II Plano Nacional de Desenvolvimento a questão urbana é evidenciada, mesmo que timidamente, em função do modelo de desenvolvimento anteriormente referido, prevendo-se, portanto o processo de metropolização das cidades como inevitável, com vistas a uma geopolítica de desenvolvimento urbano. A este respeito a mesma autora afirma:

A estrutura urbana que se deseja estabelecer, nacionalmente, é concebida em função dos objetivos e programas de desenvolvimento nacionais e regionais. Tal concepção leva a definição de uma série de diretrizes que se desdobram em estratégias regionais, específicas para cada macrorregião brasileira. Sob este aspecto, o Plano contém uma ampla listagem de objetivos, onde as medidas e prioridades para a sua consecução não estão determinadas (p. 137).

Em tese, o planejamento tem por objetivo atender os anseios de uma sociedade democrática, ou seja, que aspira por ações objetivas. No entanto, o Brasil, ao longo de sua história, teve experiências de ações tecnocráticas de planejamento, seja por questões de ordem política, econômica e/ou ideológica, contribuindo significativamente para que a questão urbana não tivesse o devido tratamento. O papel do Estado é preponderante nesse caso, uma vez que todo planejamento voltado para o serviço público, pressupõe organicidade, instrumentação financeira e econômica com vistas à diminuição das desigualdades sociais. Desigualdades estas que no caso do Brasil se agravam conjuntamente com o processo de urbanização acelerado, herança do Golpe Militar de 1964 que criou mecanismos de

internacionalização da economia brasileira, onde a dimensão tecnocrática do planejamento se constituiu como um entrave para atender às reais demandas da população, dificultando a visibilidade para encarar todas as mudanças advindas das transformações políticas da época, onde a precarização das condições de vida de grande parte dos brasileiros se evidenciou. Daí, o surgimento das determinações da política urbana inscritas na Constituição Brasileira Federal de 1988 e conseqüentemente nos planos diretores das cidades, questão que ainda será evidenciada neste texto.

Cabe ao poder público dirigir uma política urbana que, através de planos diretores urbanos e planos de desenvolvimento, conjuntamente com as constituições dos estados, leis orgânicas dos municípios e lei federal de desenvolvimento urbano, conduzam à evolução do ambiente urbano e social democrático (MIRANDA, 2000, p. 3), com vistas à redução das desigualdades sociais através do uso público do espaço da cidade, este entendido como algo em constante processo de construção de forma sustentável, para garantir a dignidade e a qualidade de vida da população. O artigo 182 da Constituição Federal de 1998 estabelece o ordenamento jurídico para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e conseqüente garantia do bem-estar de seus habitantes.

- 1º- O plano diretor aprovado pelas câmaras municipais, obrigatório para as cidades com mais de 20 mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e da expansão urbana.
- 2º- A propriedade urbana cumpre a sua função social, quando atende às exigências fundamentais de ordenação na cidade expressa no plano diretor.
- 3º- As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

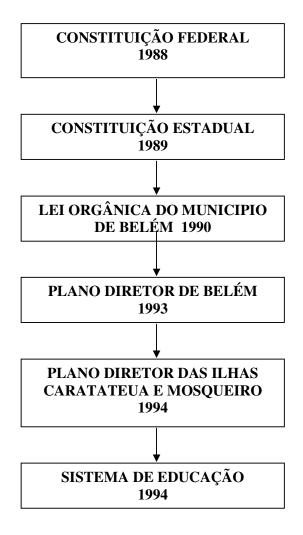
- 4º- É facultado ao Poder Público Municipal mediante a Lei específica para a área incluída no Plano Diretor exigir nos termos da Lei federal, do proprietário do solo edificado, subutilizado, que promova seu adequado aproveitamento sob pena sucessiva de:
  - I- Parcelamento ou edificação compulsória.
  - II- Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana progressiva no tempo.
- III- Desapropriação com pagamento mediante título de dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo até o resgate de 10 anos em parcelas iguais anuais e sucessivas, assegurando o valor real da indenização e os juros legais.

Os planos diretores originalmente se efetivam como instrumento de gestão política da cidade, estabelecendo um pacto territorial com vistas à "conformidade" do usufruto do espaço da cidade, uniformizando a qualidade de vida. Na verdade, os Planos Diretores fazem parte de uma estratégia do governo brasileiro de planejamento para o desenvolvimento, uma vez que o país vivenciava o processo de transição pós-ditadura militar X abertura política. Vê-se claramente o papel desempenhado pelo Estado, aqui entendido como produto das relações sociais, nas formas de produção do espaço e no caso do meu objeto de estudo em particular, SILVA (1995), assim se posiciona:

No que diz respeito à relação entre a classe hegemônica e o Estado, este em alguns casos, como é o que ocorre em micro escala na ilha de Caratateua, não é apropriado pela classe dominante, mas se consubstancia numa verdadeira fusão entre ambos, não se distinguindo, em alguns momentos, que decisões concernem ao poder público e aos capitalistas (ou parte significante deles) no que diz respeito às decisões e transformações do espaço urbano (p. 163).

Para o estudo sobre Caratateua é importante contextualizar o Plano Diretor de Belém em sua relação com o Plano Diretor das Ilhas e seu rebatimento nas

políticas públicas educacionais destinadas à Ilha. Aspectos importantes precisam ser considerados, inclusive do ponto de vista cronológico que assim se posiciona:



Como já foi afirmado, o Plano Diretor de Belém herda as determinações da Constituição Federal de 1988. Com a promulgação da Lei nº 7.603 de 13 de janeiro de 1993, no Capítulo IV referente à produção do espaço urbano, tem-se a primeira indicação com relação à política de ordenamento do espaço das ilhas de Belém, e a determinação para a elaboração de um plano diretor próprio, assim definida:

Art.152 - A ordenação dos espaços das ilhas de Mosqueiro e Caratateua, como áreas de recreação e lazer, por serem as únicas com disponibilidade de praias fluviais próximas de Belém, de fácil acesso à população belenense de média e baixa renda, respectivamente, e

possuírem grande potencial turístico, receberão tratamento urbanístico especial, através de planos diretores próprios.

Parágrafo 1º - As ilhas de Mosqueiro e Caratateua deverão ser objeto de plano diretor específico, a ser elaborado com a participação de entidades representativas da sociedade, especialmente as do movimento popular, e a partir das propostas já existentes da Associação dos Moradores e Amigos do Mosqueiro (ASMAM) e do Conselho de Representantes da Ilha de Caratateua (Consilha)<sup>24</sup>.

Vale ressaltar que a promessa de tratamento urbanístico apropriado para as ilhas, aqui entendido como atendimento referente a saneamento, iluminação pública, segurança e equipamentos públicos, não vem se concretizando ao longo do tempo. Sem necessariamente se aprofundar na questão, a tabela abaixo revela esta afirmação.

Tabela 2 - Recuperação e criação de áreas verdes (praças, canteiros e trevos), segundo distrito administrativo, no município de Belém, 1999-2000

DISTRITO	RECUPER	AÇÃO (m²)	CRIAÇÃO (m²)		
ADMINISTRATIVO	1999	2000	1999	2000	
DAMOS	-	-	-	-	
DAOUT	-	-	-	-	
DAICO	538,88	-	-	-	
DABEN	3 718,04	-	-	6 911,00	
DAENT	-	5 458,00	2 630,00	13 983,00	
DASAC	-	47 396,00	23 733,00	2 203,00	
DABEL	35 557,22	9 899,00	21 723,24	352,00	
DAGUA	-	1 395,00	-	10 925,00	
TOTAL	39 814,14	64 148,00	48 086,24	34 374,00	

Fonte: Fundação de Parques e Áreas de Belém (Funverde)

<sup>24</sup> Especificamente no Capítulo 3, faço a discussão acerca da participação dos movimentos sociais na ilha e conseqüentemente sua influência na formulação do plano.

Os dados acima indicam que mesmo depois da existência do Plano Diretor de Belém e já instituído o Plano Diretor das Ilhas e, portanto ambos estando solidificados, Caratateua não recebe um tratamento urbanístico adequado, mesmo sendo reconhecido juridicamente a sua importância enquanto área de lazer, para a cidade, onde o crescimento populacional da Ilha, bem como o seu potencial turístico, foi pouco considerado

## 2.3 O PLANO DIRETOR DAS ILHAS DE BELÉM E O TRATAMENTO DA QUESTÃO EDUCACIONAL

O Plano Diretor das Ilhas surge em 1994, com a promulgação da Lei n. 7.684 de 12 de janeiro, enquanto herança do Plano Diretor de Belém e como resultado da organização do Conselho de Representantes da Ilha de Caratateua (Consilha). O Plano definia naquele momento 39 ilhas sob o domínio da administração do município de Belém, sendo 26 ilhas pertencentes ao distrito do Outeiro e 13 ilhas pertencentes ao distrito de Mosqueiro<sup>25</sup>, o que acarreta transformações de cunho político e social para as ilhas, assim como a diferenciação entre elas, respeitando a essencialidade amazônica comum a todas elas, cada ilha traz consigo uma especificidade própria. As ilhas de Belém assim como os bairros estão vinculados a um distrito administrativo (Quadro 1 e Figura 2).

.

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> Lei n. 7682 da Distritalização do Município de Belém, de 05 de janeiro de 1994.

Quadro 1 - Divisão político-administrativa, por discriminação, segundo distrito administrativo, no município de Belém, 1999

DISTRITO ADMINISTRATIVO	DISCRIMINAÇÃO
DAMOS	Ilhas de Mosqueiro: São Pedro, Maracujá, Pombas, Papagaio, Canuari, Conceição, Maruim I, Maruim II e 04 ilhas sem denominação. Bairros: Maracajá, Vila, Mangueiras, Praia Grande, Aeroporto, Farol, Chapéu Virado, Natal do Murubira, Porto Arthur, Murubira, Ariramba, São Francisco, Bonfim, Carananduba, Marahu, Caruara, Paraíso, Sucurijuquara e Baía do Sol.
DAOUT	Ilhas de Outeiro (Caratateua): Santa Cruz, Jutuba, Coroinha/Nova,Croinha, Urubuoca/Paquetá-Açu, Cotijuba, Itatuoca, Urubuoca/Papagaios/Jararaca, Barra/Patos/Jararaquinha, Redonda/Jararaca/Longa, Patos/Nova/Mirim, Cruzador, Fortinho, Fortim/Barra, Cintra/Maracujá, Marineira/Combu, Murutura/Murutucu, Paulo da Cunha/Grande, Poticarvônia/Ilhinha, Negra, Viçosa e 06 ilhas sem denominação.  Bairros: Água Boa, Brasília, São João do Outeiro e Itaiteua.
DAICO	Bairros: Cruzeiro, Ponta Grossa, Maracacuera, Campina de Icoaraci, Águas Negras, Agulha, Paracuri, Parque Guajará e Tenoné.
DABEN	Bairros: Tapanã, Coqueiro, Pratinha, São Clemente, Parque Verde, Benguí, Cabanagem, Una e parte do bairro do Mangueirão.
DAENT	Bairros: Val-de-Cães, Souza, Castanheira, Guanabara, Águas Lindas, Aurá, Universitário e parte dos bairros do Curió-Utinga, Mangueirão e Marambaia.
DASAC	Bairros: Sacramenta, Maracangalha, Miramar, Barreiro, Telégrafo, Pedreira, Fátima e parte dos bairros da Marambaia, Marco, Umarizal e São Brás.
DABEL	Bairros: Reduto, Campina, Nazaré e parte dos bairros do Marco, Umarizal, São Brás, Guamá, Cremação, Batista Campos, Cidade Velha, Jurunas e Canudos.
DAGUA	Bairros: Montese (Terra Firme), Condor e parte dos bairros do Jurunas, Batista Campos, Cidade Velha, Cremação, Guamá, Canudos, São Brás, Marco e Curió-Utinga.

Fonte: Companhia Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (Codem)

Nota: Bairros definidos conforme a Lei nº 7.806, publicado no Diário Oficial do Município de Belém, em 30 de julho de 1996, tendo esta mesma conformação até os dias atuais.

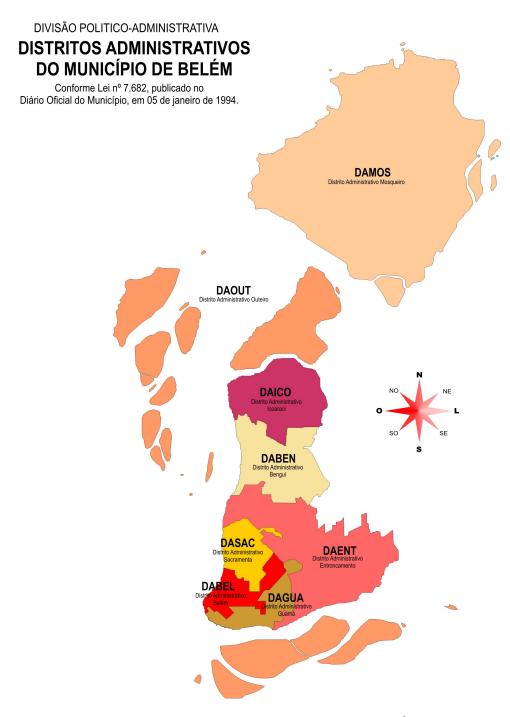


Figura 2 - Distritos administrativos de Belém

A partir do Quadro 1 e da Figura 2, percebe-se que as ilhas de Belém concentram—se em dois diferentes distritos administrativos, devidamente abrigadas considerando sua proximidade espacial, sendo que a ilha de Caratateua é a mais

importante do distrito a qual está vinculada, por ter acesso por via terrestre e por ser a mais urbanizada, o que lhe confere uma posição de vantagem diante das demais e tendo uma organização social significativa.

As questões educacionais sempre estiveram na pauta de discussões dos movimentos sociais, obtendo um lugar de destaque do plano diretor. No que concerne à questão educacional, o plano assim estabelece:

Art. 93 – São programas prioritários da educação nas ilhas de Caratateua e Mosqueiro:

- I- Adequação e recuperação de espaços escolares disponíveis;
- II- Universalização da educação básica e erradicação do analfabetismo;
- III- Construção de novos prédios escolares fundamentados em estudos anuais de demanda escolar;
- IV- Pesquisa educacional fundamentada nas dimensões administrativa, pedagógica e política;
- V- Capacitação e aperfeicoamento dos profissionais de educação:
- VI- Educação sanitária, humanitária e ambiental;
- VII- Compreensão histórica do município fundamentada na análise de seus distritos e bairros; e
- VIII- Práticas de educação ambiental com equipamentos escolares localizados em Caratateua e Mosqueiro (Escola Bosque) (BELÉM, 1993, p. 27).

Consoante ao estabelecido no referido plano, o 1º governo da década de 1990 assume a implantação da Escola Bosque como um dos mecanismos de reversão do quadro do *déficit* escolar em Caratateua e da inexpressiva presença do poder público municipal na esfera educacional na ilha, uma vez que a Escola Bosque se constituiu na única ação do poder público municipal no referido período. Em contrapartida, ressalto que com relação ao inciso I do artigo acima citado, houve por parte do 2º governo, que pautado na lógica da *democratização do acesso*, voltou a atenção para a adequação dos espaços escolares, levados a efeito pela expansão do número de alunos da Escola Bosque alocados em 11 anexos, no ano de 1997, fazendo com que este número na mesma unidade de ensino, salte de 756 alunos

regularmente matriculados em 1996, para 1617 alunos no ano seguinte<sup>26</sup>. Essa ação também é uma tentativa de atender a definição do inciso II do plano, ou seja, a necessidade de universalizar a educação básica e a possibilidade de erradicação do analfabetismo, onde a Ilha de Caratateua no mesmo ano foi atendida com a abertura de turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), ainda no primeiro ano de governo da referida gestão.

Especificamente com relação ao inciso III, posso preliminarmente inferir que a ilha de Caratateua não foi atendida com relação ao número de unidades de ensino, como bem mostra a tabela do Anuário Estatístico de Belém de 2000. As determinações contidas no plano datam de 1993, entretanto a tabela abaixo revela que quatro anos depois, o DAOUT foi contemplado com apenas uma unidade escolar.

Tabela 3 - Demonstrativo de escolas da rede municipal, segundo distrito administrativo, no município de Belém, 1990-2000

Distrito	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Administrativo											
DAMOS	7	7	7	7	7	7	7	7	7	10	10
DAOUT	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2
DAICO	4	4	4	4	4	4	4	6	7	8	8
DABEN	4	4	5	5	5	5	5	6	7	7	8
DAENT	2	2	2	2	3	3	3	3	3	2	3
DASAC	7	7	8	8	8	8	8	8	9	9	9
DABEL	5	5	5	5	5	5	5	5	5	4	4
DAGUA	11	11	11	11	11	11	12	12	13	14	14
TOTAL	41	41	43	43	44	44	46	49	53	56	58

Fonte: Anuário Estatístico Belém 2001.

Nota: Em 1997 funcionaram 55 anexos. Em 1998 funcionaram 58 anexos e 33 creches. Considera-se como escola, Theodor Badotti, no bairro do Tenoné (DAICO).

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> Dados obtidos através de pesquisa documental realizada na Secretaria da Escola Bosque.

Na verdade a realidade educacional da ilha se consubstanciou naquele período por um expressivo aumento de vagas, como já foi mencionado anteriormente; entretanto prevalecendo o mesmo número de unidades escolares, uma vez que a política adotada pelo 2º governo foi de implantação dos anexos, discussão que ainda será feita neste texto.

O inciso V, que se refere à capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais de educação, constituiu-se como a preocupação inicial da gestão referente ao 1° governo, materializado pela criação do ISEB <sup>27</sup>, podendo ser visualizado pelo depoimento a seguir:

[...] começamos logo com a melhoria da formação do professor, para que ele tivesse um lugar para discutir, para fazer seminários, para formar grupos de estudo, uma biblioteca, enfim para dar condições de qualificação permanente ao professor. Para isso criamos então o ISEB, que era formado por um grupo de professores selecionados que ganhava um pouco melhor pra estimular o pessoal a estudar [...] o professor nunca era esquecido [...] Gestor da educação do 1º Governo.

Esta ação contraria o pensamento de um número significativo de pensadores e/ou gestores da educação brasileira e local, acerca da implantação dos institutos superiores, que entendem que a formação de professores tem que se dar no espaço escolar, no cotidiano de trabalho e não necessariamente em um lugar institucionalizado para tal ação, como demonstra a declaração a seguir:

[...] a percepção é de que a escola é o lócus de formação do educador, que todo investimento tem que ser feito pra trabalhar dentro da dinâmica da escola com os atores que atuam lá, [...] a história tem nos mostrado que estes investimentos pouco respondem a realidade [...] tira o professor, ele volta, e o que muda na escola. Era preciso então reorientar toda essa política.(Gestor da educação do 2ºgoverno)

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> Foge ao escopo da pesquisa perquirir acerca das ações do ISEB, uma vez que as mesmas se destinaram para toda a Rede Municipal de Belém e não especificamente para a ilha de Caratateua.

Importa relembrar que ainda na década de 1980, no que se refere à oferta de unidades escolares, a ilha contava com apenas duas escolas, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio do Outeiro, fundada em maio de 1951 e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Monsenhor Azevedo, fundada em março de 1969, enquanto que, a partir da década de 1990, foram construídas mais três escolas, sendo duas da esfera estadual; a Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino Fundamental Colônia do Fidélis, fundada em novembro de 1991 e a Escola Estadual de Ensino Fundamental da Brasília, fundada em maio de 1992. Da esfera municipal, a Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, acima referida, inaugurada em 1996 e a mais recente, Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professor Helder Fialho, cujas atividades iniciaram em maio de 2002, sendo que esta última não faz parte deste estudo pelo fato de não se constituir numa ação da década de 1990.

Posso constatar que até 1996, excetuando a presença da Escola Municipal Monsenhor Azevedo, o município, esfera responsável constitucionalmente pela oferta de educação infantil e ensino fundamental, aliada ao regime de colaboração com o Estado, não assumira a contento a educação na ilha, importando ressaltar que tal afirmação não se constitui como prerrogativa dos poderes públicos do Pará ou de Belém, na verdade esta é a tônica da história da educação brasileira, marcada por uma dívida social muito grande com a educação desse país.

Como parte das transformações ocorridas no campo da educação, o município de Belém, ainda em 1994, implanta o Sistema Municipal de Educação, instituído pela Lei nº 7.722/94, sendo de fundamental importância a discussão desta temática, uma vez que se constituiu numa ação com conseqüências para toda a década em estudo.

### 2.4 GESTÃO 1993-1996. OS SISTEMAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: ELEMENTOS CONTEXTUAIS

É sabido que anterior à Constituição Federal de 1988, a educação dos municípios brasileiros era vinculada ao Sistema Estadual de Educação e, portanto vista como um sistema menor, subordinado às prescrições do Sistema Estadual e seus respectivos conselhos. O município e o estado dividiam a tarefa de oferecer o ensino fundamental, entretanto as decisões eram de propriedade do poder público estadual.

É oportuno então a apropriação do conceito de sistema definido por Cury (2000), contido no parecer 30/2000 - CEB/CNE, a respeito da institucionalização dos sistemas municipais, em que o autor assim se posiciona:

Sistemas de ensino são o conjunto de campos de competência e atribuições voltadas para o desenvolvimento da educação escolar que se materializam em instituições, órgãos executivos e normativos, recursos e meios articulados pelo poder público competente, abertos ao regime de colaboração e respeitadas as normas gerais vigentes [...] Dada a pluralidade e assimetria dos municípios, tal institucionalização deve se consubstanciar juntamente com a assistência técnica e financeira da União, em seu papel redistributivo, e também dos estados para que os municípios possam exercer na plenitude sua autonomia por meio da instituição efetiva dos seus próprios sistemas de ensino.

A discussão sobre Sistema Municipal de Educação historicamente tem sido bastante polêmica, uma vez que a idéia de sistema pressupõe articulações entre instituições, poder público e sociedade, e mais propriamente entre Estado e Governo, algo bastante questionável em se falando de educação brasileira<sup>28</sup>. Entretanto, a partir da Carta Magna de 1988, quando faz referência à autonomia dos municípios, como já foi mencionado anteriormente, abre-se a oportunidade da educação se estabelecer enquanto um sistema educacional nos municípios, tendo como órgão

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> Desde a educação jesuítica até nossos dias a história da educação brasileira é marcada pelo distanciamento entre a demanda educacional e o efetivo apoio por parte das diferentes esferas de poder no que se refere às políticas públicas educacionais.

normativo os Conselhos Municipais de Educação. No artigo 211 (CF/88), em seu caput, fica estabelecido que: "A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão em regime de colaboração, seus sistemas de ensino". Ainda no artigo acima citado, no 4º parágrafo é definido o regime de colaboração: "Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório".

Esse artigo é interpretado por Areralo, (1997, p. 3) da seguinte maneira:

[...] significa que esta tarefa de universalização do ensino fundamental, por um lado, não é tarefa exclusiva do estado, por outro lado, em nome desta tarefa /dever comum, o estado não pode obrigar o município a adotar uma única visão ou alternativa para a solução deste problema. A busca de estratégias deverá ser comum, mas não única para enfrentar este problema. E não deverá ser responsabilidade de uma só esfera. Insistimos neste aspecto, pois, em muitos municípios, principalmente os menores, os órgãos regionais estaduais de educação (delegacias de ensino ou equivalentes) costumam impor uma só solução, que traduzem as suas (deles) decisões, argumentando que o fazem por força de lei, decisões estas, exclusivamente fruto de discussões entre especialistas das cúpulas das secretarias de educação dos estados e não de uma discussão conjunta estado-município [...]

O grau de responsabilidade do município para com a educação cresce e impõe um novo olhar por parte dos gestores municipais. Trata-se então de uma árdua tarefa, uma vez que aos municípios compete atribuições voltadas para o planejamento, assim como para a gestão do sistema de ensino, o que deriva na necessidade de uma infra-estrutura e de uma capacidade de gestão, tradicionalmente não existente na grande maioria dos municípios do nosso país, principalmente se considerarmos o crescimento numérico de municípios brasileiros na década de 1980<sup>29</sup>, bem como a capacidade de administrá-los, a competência política em relação ao patrimonialismo.

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> Nos anos de 1980, só no estado do Pará foram criados 23 novos municípios, elevando de 82 para 105 o número total dessas unidades político-administrativas, uma das marcas do processo de transformação ocorridas na Região Amazônica (BRAGLIA, 1988). A partir da década de 1990 o mesmo estado conta com 143 municípios.

Os estados brasileiros em suas respectivas constituições<sup>30</sup> revelam seu grau de relacionamento com os sistemas municipais, onde muitos deles buscam através da sociedade civil, mecanismos de atendimento à melhoria de ensino; entendendo que introduzindo no texto legal conteúdos de caráter democratizador, alterassem a situação da educação no país (CATANI; OLIVEIRA, 2000, p. 61).

Na Constituição do Estado do Pará, promulgada em 05 de outubro de 1989, os sistemas municipais assim se inscrevem:

> Art.279. Os municípios instituirão seus sistemas próprios de ensino, que integrarão o sistema estadual, baseado nos princípios desta Constituição.

> Parágrafo Único. O estado prestará assistência técnica e financeira aos municípios na organização de seus respectivos sistemas.

O artigo anteriormente mencionado revela a necessidade de articulação entre estados e municípios e a isto se somam interesses de ordem política, bem como modifica o grau de responsabilidade destes, evidenciando as transformações estabelecidas a partir da Constituição Federal de 1988. Consequentemente os municípios precisam investir nas novas determinações e para tanto é através da Lei Orgânica dos Municípios que estes também se institucionalizam.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9.394/96, a organização dos sistemas de ensino se inscreve a partir da opção que julgar mais adequada, que segundo Gracindo (1997, p. 176), são as seguintes: "(a) um sistema de ensino próprio, b) integrar-se ao sistema estadual de ensino; c) compor com o sistema estadual, um sistema único de educação básica".

A mesma autora elenca as competências do município definidas na LDB:

<sup>30</sup> Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os estados brasileiros tiveram prazo de um ano para elaboração de suas Constituições Estaduais. A exceção se deu apenas para os territórios do Amapá e Roraima e para o estado do Tocantins.

- ▶ organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do seu sistema de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e do estado:
- ▶ exercer ação redistributiva em relação a suas escolas:
- ▶ baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;
- ▶ autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino:
- ▶ oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas;
- ▶ oferecer, com prioridade, o ensino fundamental;
- ▶ matricular todos os educandos a partir de sete anos de idade e facultativamente, a partir dos seis anos, no ensino fundamental;
- ▶ promover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados:
- ► realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício utilizando também, para isto, os recursos da educação à distância;
- ▶ integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território, ao sistema nacional de avaliação de rendimento escolar;
- ▶ estabelecer estratégias para que, até o fim da Década da Educação, sejam admitidos em seus quadros apenas docentes habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço;<sup>31</sup>
- ▶ estabelecer mecanismos para a progressão da sua rede escolar pública de ensino fundamental, para regime de escolas de tempo integral;
- ▶ estabelecer mecanismos para autorizar o funcionamento e para avaliar a qualidade do processo educativo desenvolvido pelas escolas de iniciativa privada.

Cabe refletir sobre tais competências considerando as disparidades regionais e o grau de competência administrativa que os municípios brasileiros vêm assistindo ao longo de sua história. Na cidade de Belém, com base na CF/88 e se antecipando à LDB, foi criado o Sistema Municipal de Educação ainda no ano de 1994. Vejamos a seguir o contexto.

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> O Conselho Nacional de Educação, com base na Resolução CNE /CEB 01, de 20 de agosto de 2003, dissipa a ambigüidade no entendimento de que depois de 2006 só permaneceriam no exercício do magistério profissionais com nível superior.

#### 2.4.1 Belém: a vanguarda dos sistemas municipais?

Apoiado no ideário cepalino<sup>32</sup>, a Prefeitura Municipal de Belém, na gestão (1993-1996), lançou três estratégias de Planejamento para o Município, a saber: a) O tratamento do município sob a ótica do desenvolvimento sustentável, b) Definição da qualidade de vida a perseguir, c) Destaque da educação básica, reconhecida como principal fator do desenvolvimento humano moderno (BELÉM, 1996, p. 102).

O discurso em torno das políticas públicas para a educação básica se pautava na qualificação e expansão da rede de ensino. Criou-se então em 1994, o sistema de educação, com lei própria (7.722/94) e tendo como premissa básica o desenvolvimento sustentável. sendo que 1996. conforme em anteriormente, passa a fazer parte do Sistema Municipal, dois subsistemas. A idéia era incluir o município de Belém na ótica moderna do desenvolvimento sustentável, noção que inclui pelo menos três componentes /desafios básicos que formam um todo concatenado: econômico, social e ambiental (BELEM, 1996). Tratava-se, portanto de uma rede sistêmica de educação ambiental e profissionalizante. Daí o surgimento de dois subsistemas: as Unidades de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (UEDS) e as Unidades de Educação Básica (UEB), e que tinha como diretrizes segundo Gueiros (1996, p. 13-14):

- ▶ profissionalização criativa no aspecto formativo e diretamente voltada à premência de trabalhar e produzir;
- ▶ inserção comunitária valorizando tanto o controle democrático da Instituição quanto as formas compartidas de gestão voltadas para o fomento da qualidade formal e política:
- ▶ contemporaneidade, representada seja pelo compromisso de oferecer o que há de melhor em termos de tecnologias educativas e profissionalizantes, seja por colher as necessidades urgentes da população, em termos de luta pela sobrevivência, ou por integrar os recursos disponíveis na rede do subsistema:
- ▶ inovações educativas não só observáveis no nível tecnológico mas, sobretudo, em currículo criativo que garanta ligação ostensiva entre teoria e prática, maior tempo de contato na pesquisa, elaboração própria do aluno e do docente, exercício docente em prática exclusiva ou tempo integral;

.

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> Ver Demo (1996).

- ▶ inserção cultural, por conta da relevância da identidade cultural nos processos de desenvolvimento humano, que implica na coerência entre os objetivos perseguidos e a realidade concreta das localidades microrregionais, evidenciando o respeito à bagagem própria das comunidades:
- ▶ união do saber pensar com o saber fazer, para usar a energia inovadora do conhecimento na ligação justa entre teoria e prática;
- ▶ inserção econômica para garantir a necessária implicação com a vida das pessoas e da comunidade, tendo em vista que a inserção política se torna retórica quando desgarrada de oportunidades econômicas;
- ▶ abrangência da educação para além das crianças e adolescentes, incluindo adultos, o que recomenda a mescla adequada entre preocupação de teor mais formativo e a de teor mais profissionalizante.

Efetivamente o sistema educacional daquele período foi contemplado pelo subsistema referente as UEDS, revelando uma concepção de governo, pautada na ótica do desenvolvimento sustentável, que assim se constituíram ao longo dos 04 (quatro) anos de gestão.

Quadro 2 – Unidades de desenvolvimento sustentável no município de Belém

UNIDADES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	PERFIL	LOCALIZAÇÃO		
Liceu de Artes e Ofícios Rui Meira	Oferece cursos de reparos residenciais, de atividades artesanais e consertos de eletro-eletrônico.Não oferece educação formal.			
Liceu de Artes e Ofícios Mestre Raimundo Cardoso	Escola com Educação Infantil, Ensino Fundamental Ciclado e Oficinas regulares voltadas para o campo da Madeira e da Cerâmica.Educação de Jovens e Adultos.	Distrito de Icoaraci		
Complexo Educacional Parque Amazônia	Escola com Educação Infantil, Ensino Fundamental Ciclado e Educação de Jovens e Adultos.			
Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Prof. Eidorfe Moreira	inserida na Fundação, com	Distrito do Outeiro		

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa.

Segundo Gueiros (1996), os maiores problemas enfrentados pela administração daquele período se referiam à pobreza urbana e ao estado de abandono das áreas rurais, e para tanto, caberiam duas estratégias para fazer frente às ações desencadeadas, a saber: "(a) políticas de indução direta e indireta de estímulo às atividades econômicas, isto é, ao crescimento da produção, em contexto de convivência ecológica adequada; b) ações de natureza social visando melhorar o nível das populações carentes" (p. 11).

A concepção de desenvolvimento sustentável estabelecida para a criação dos subsistemas, precisamente para a criação das unidades para o desenvolvimento sustentável se pautou no enfoque integrado de desenvolvimento, estabelecido pela ONU e seus órgãos, que na década de 1990, apontou três indicadores, sendo a educação o enfoque mais evidenciado. Segundo Demo (1996, p. 10-13), isto se dá pelos seguintes fatores:

a) o desenvolvimento é definido como "oportunidade", ou seja, como fenômeno fundamentalmente histórico [...] b) o conceito de oportunidade realça a referência humana do desenvolvimento; [...] c) <u>a pergunta sobre o que melhor abriria tais horizontes do fazer oportunidade e sobretudo do fazer-se oportunidade, recebe como resposta mais consensual a educação, por estar mais próxima da qualidade humana; [...] d) entre os três indicadores de desenvolvimento humano, o da educação deverá ser o primeiro e o mais básico, em seguida a expectativa de vida e o poder de compra; e) o enfoque integrado, desenhado mais concretamente pela Cepal, leva a considerar o desenvolvimento como fenômeno tipicamente interdisciplinar, a saber, matricial, composto de inúmeros fatores relevantes de toda ordem, mas organizado estrategicamente pelo binômio educação e conhecimento (grifo meu).</u>

Reitero que há claramente nos documentos que norteiam o referido sistema, o apoio nas determinações da Cepal, como podemos observar a seguir:

Educação e conhecimento formam o eixo da transformação produtiva com eqüidade, no contexto da discussão cepalina. Este debate privilegia a relação da educação com competitividade, trazendo uma colaboração importante, em que pese a resistência de educadores que temem subordinar educação ao mercado, a exemplo da tradicional "teoria dos recursos humanos". Bem colocadas as coisas o risco sempre presente compensa a possibilidade de valorizar a necessidade de educação do

trabalhador, favorecendo um desdobramento bem mais visível de sua cidadania, além da competência produtiva. [...] <u>Uma das maiores virtudes cepalinas, é o enfoque integrado, conjugando competitividade e cidadania numa matriz global única. Desde logo, é fundamental não separar o desafio da cidadania do desafio da transformação produtiva, ainda que uma seja fim e a outra meio (DEMO, 1996, p. 19-22) (grifo meu).</u>

O mesmo autor propõe uma revisão no processo de reconstrução do conhecimento que deve desaguar em uma política de conhecimento tendo como desafio maior a equidade, bem como, em sua análise revela naturalidade a relação existente entre desenvolvimento sustentável e a lógica de mercado, quando afirma que:

A visão do desenvolvimento sustentável trouxe, entre outras preocupações relevantes, aquela voltada para a necessária integração do social no econômico, bem como a importância da cidadania culturalmente fundada. Ao marcar fortemente o mercado como instrumento, não o secundarizou, como querem muitos educadores, mas colocou em seu devido lugar. Quer dizer não há desenvolvimento sustentável sem mercado [...] Ademais, a tendência excludente (do capitalismo) é peculiar a qualquer mercado, pela razão simples de que as necessidades humanas sempre são maiores do que as condições históricas de as satisfazer [...] (DEMO, 1996, p.49) (grifo meu).

Como a LDB define a criação dos sistemas municipais somente em 1996, a implantação do Sistema Municipal de Educação do Município de Belém, ainda em 1994, bem como a criação de seus subsistemas considerando suas peculiaridades, confere a educação belenense uma posição de vanguarda. Transcorrido o 1º mandato administrativo da Prefeitura Municipal de Belém da década de 1990, o Sistema Municipal de Educação revela concepções ideológicas e políticas que pouco traduzem o ideal de democracia e até mesmo de qualidade de vida que este mandato propunha alcançar. Importa me apropriar da contribuição de Lima (2001) e afirmar que no plano das orientações, a Secretaria Municipal de Educação em questão, naquele momento histórico, desempenhou o papel a que se propôs, mas no plano da ação organizacional as lacunas ficaram evidentes. Entretanto, é

imperioso considerar que a iniciativa de colocar a discussão da questão ambiental na agenda educacional do município revela uma característica inovadora da referida gestão.

### 2.5 GESTÃO 1997-2000: DEMOCRATRIZANDO O ACESSO À EDUCAÇÃO NA ILHA DE CARATATEUA

Ancorada no princípio da **inclusão social**, a administração municipal do 2º governo da década de 1990 estabeleceu como diretrizes prioritárias a democratização do acesso e garantia de permanência na escola, a qualidade social na educação, a gestão democrática e a valorização do profissional da educação para a sua política educacional (SEMEC,1999, p. 1), conseqüentemente ações voltadas para:

- a) O Programa Bolsa Familiar para a Educação;
- b) O Projeto de Alfabetização de Adultos Professor Paulo Freire;
- c) A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva;
- d) O Programa de Alimentação Escolar no Município de Belém.

Consoante às diretrizes da política municipal de educação, a Secretaria Municipal de Educação (Semec), estabeleceu para a expansão da Rede de Ensino a implantação de UEB, contrapondo-se à estratégia primordial do primeiro governo.<sup>33</sup>

No que diz respeito ao DAOUT as transformações se dão, a partir da implantação de anexos vinculados à Escola Bosque na própria Ilha de Caratateua, assim como em outras ilhas que fazem parte do referido Distrito.

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> Refere-se à gestão 1993-1996, que, conforme já mencionado acima, implantou exclusivamente UEDS, o que caracteriza a prioridade conferida a elas.

Quadro 3 – Anexos da Escola Bosque, 1997-2000

Ilha de Caratateua	Anexo da Brasília Anexo de São João do Outeiro Anexo do Fidélis Anexo do Fama Anexo da Primavera Anexo da Água Boa Anexo do Tucumaeira
Ilha de Cotijuba	Anexo da Faveira Anexo do Seringal Anexo da Fleixeira
Ilha de Jutuba	Anexo do Jutuba I Anexo do Jutuba II
Ilha de Paquetá	Anexo do Igarapé do Jamaci
Ilha do Combu	Anexo do Igarapé do Combu

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa.

É notável que o papel da Escola Bosque na ilha de Caratateua é redimensionado no 2º governo da década de 1990, atendendo as exigências contidas no plano diretor das ilhas, mais precisamente referente aos incisos VII e VIII que diz respeito à questão educacional, bem como as exigências da própria gestão, que naquele momento histórico se pautava nos documentos que tratavam do Projeto Político Pedagógico da Escola Cabana.

Vale ressaltar que a Escola Bosque <sup>34</sup>, ao implantar o ensino médio profissionalizante, com as Habilitações Técnicas em Manejo de Fauna, Manejo de Flora e Ecoturismo, assumiu um nível de ensino que extrapola sua competência constitucional, em que pese não ter universalizado o ensino fundamental, obrigação efetiva da esfera municipal, do ponto de vista das estruturas formais, das práticas normativas (LIMA, 2000).

 $<sup>^{\</sup>rm 34}$  Única escola da esfera municipal com ensino médio.

A educação na Ilha de Caratateua no período de 1997 a 2000, assim se estruturou:

Quadro 4 – Educação na ilha de Caratateua, 1997-2000

ESCOLA BOSQUE	ESCOLA MONSENHOR AZEVEDO
Educação infantil - Sede e anexos	Educação infantil - Sede
Educação fundamental - Sede e anexos	Educação fundamental – Sede
Educação de jovens e adultos - Sede	Educação de jovens e adultos - Sede
Ensino médio – Sede Habilitações: Fauna/Flora/Ecoturismo.	

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa.

Para instrumentalizar o estudo, há necessidade de fazer o contraponto entre a demanda educacional da ilha e as ações efetivadas na década de 1990, seguindo o caminho metodológico trilhado até então, onde as discussões terão como pano de fundo as entrevistas e as análises dos documentos, na tentativa de suscitar a crítica entre o prescrito e o efetivado.

# CAPÍTULO 3 DERIVAS E DERIVAÇÕES DA EDUCAÇÃO

"A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar".

Galeano (1971)

Segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa a palavra *deriva* significa desvio que um instrumento sofre com o tempo, a partir de seu ponto de repouso (...) à *deriva*, sem rumo, solto, arrastado (...) e *derivar*, resultar fluir, originar-se. Esses termos podem metaforicamente ser aplicados aos caminhos tomados pela educação na cidade de Belém, que historicamente vivenciou períodos onde esteve à deriva, ou seja, à mercê de práticas clientelistas, e portanto estando de certa forma de repouso, sendo que mais tarde a partir do avanço e da organização da sociedade, mesmo que ora de forma tímida, ora de forma mais aparente vê-se fluir, resultar em ações. Para melhor entendimento acerca dessas ações educacionais efetivadas precisamente na ilha de Caratateua na década de 1990, é necessário primeiramente evidenciar o papel desempenhado pelos movimentos sociais de educação na referida ilha e posteriormente estabelecer o debate acerca das repercussões das políticas públicas em ação.

### 3.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO NA ILHA DE CARATATEUA

Falar de movimentos sociais necessariamente remete à idéia de direitos, que não estão garantidos apenas na inscrição das leis, mas acima de tudo como uma construção histórica, ultrapassando as garantias formais e determinando a

equivalência entre a igualdade e a justiça, dois valores em tese perseguidos pelos movimentos sociais, cabendo aqui lançar um olhar histórico acerca da trajetória desses movimentos no Brasil, sem necessariamente fazer uma revisão exaustiva da literatura, porém evidenciando o período compreendido entre 1980 e 1990 que serviu de palco para o fortalecimento dos movimentos sociais, que assistiam naquele momento a escalada da crise fiscal por que passava o Estado capitalista. Esses movimentos remontam a décadas passadas, mas, precisamente aos anos de 1980. Experimentaram seu apogeu se manifestando a partir de causas como: a busca efetiva da democracia, sufocada pelo regime ditatorial; as lutas sindicais de garantia de emprego e abertura de novas frentes de trabalho; perseguição ao ideal de cidadania e do real papel a ser desempenhado pela sociedade civil.

Cardoso (1994, p. 81) distingue a trajetória dos movimentos sociais em duas fases: "a emergência heróica dos movimentos", que compreende o período de 1970 a 1980; e a segunda fase como "a institucionalização da participação e da relação dos movimentos com o Estado", que se dá a partir da primeira metade da década de 1980, identificada por alguns autores como um refluxo dos movimentos; ambas ocorrendo em contextos políticos completamente diferenciados.

Na verdade, os movimentos sociais trilham caminhos diferentes, mas têm como ponto de unidade a reconstrução da cidadania, negada ou perdida ao longo da história do Brasil, na tentativa de conceber uma sociedade assim descrita por Telles (1994, p. 101), onde:

as relações sociais são mediadas pelo reconhecimento de direitos e representações de interesses, de tal forma que se torne factível a construção de espaços públicos que confiram legitimidade aos conflitos e nos quais a medida de eqüidade e a regra de justiça venham a ser alvo de debate e de uma permanente negociação.

A trajetória percorrida pelos movimentos sociais refere-se desde o reconhecimento da existência de uma demanda social marcadamente voltada para prestações de serviços, passando pelos processos políticos (formação de partidos<sup>35</sup>) e também as lutas pela afirmação da identidade cultural e étnica, recorrente das organizações de base cunhadas historicamente no país. Em que pese o percurso histórico trilhado pelos movimentos, é importante frisar que o que qualifica o discurso e a prática dos movimentos é a noção de direitos que subjaz sua essência. Aqui a noção de direitos é definida pela mesma autora como: "práticas, discursos e valores que afetam o modo como as desigualdades e as diferenças são figuradas no cenário público, como os interesses se expressam e os conflitos se realizam" (p. 91).

Os movimentos sociais se consolidam, sendo que os atores sociais se amparam em dois patamares: nas estruturas formais (consolidação dos sindicatos, surgimento de partidos políticos), e nas organizações populares diversas (movimentos comunitários, surgimento de associações de bairros, etc.), derivando uma nova definição do papel do Estado e conseqüentemente a necessidade da institucionalização de políticas públicas.

É reconhecido o avanço qualitativo que esses movimentos denotam, a exemplo de processos organizativos em favor da ética (Campanha Diretas Já, *impeachment* de Collor<sup>36</sup>), pressionando a revisão do papel do Estado.

A partir da segunda metade da década de 1980 muitos dos novos movimentos sociais<sup>37</sup> reorientam sua forma de atuação no sentido de uma participação em redes mais amplas de pressão e resistência (BASTOS, 2000, p. 33), levando nos anos de

\_

<sup>&</sup>lt;sup>35</sup> É importante valorizar aqui a questão do pluripartidarismo para compreender a dinâmica interna dos movimentos com os partidos, bem como a abertura ocorrida por parte das agências públicas. Ver Cardoso (1994).

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> Fernando Collor de Melo, 1º presidente eleito pelo voto direto no período pós-ditatorial, tendo um governo marcado pela corrupção, sofreu um processo de *impeachment* após seu 2º ano de mandato.
<sup>37</sup> O Movimento dos Sem-Terra, o novo sindicalismo, o movimento de bairro, são exemplos dos novos movimentos sociais. Ver Bastos (2000, p. 33).

1990 a enveredarem para as reivindicações em torno da melhoria das condições de vida, como saúde, educação, seguido ainda pelos movimentos de natureza cultural e étnica, bem como a defesa dos direitos humanos, contra as desigualdades sociais, estabelecendo o limiar entre movimentos sociais e movimentos sindicais, sem negar sua ligação, sendo que ambos tem como marca o enfrentamento às grandes corporações capitalistas.

Ainda na mesma década, a conjuntura nacional é marcada pelo paradoxo da exclusão e das lutas sociais, uma vez que a globalização da economia e as políticas neoliberais se apresentaram com mais força, reverberando na natureza dos movimentos sociais, à medida que estes não pertencem aos centros de processos decisórios, ou quando chamados a opinar, é apenas para sacramentar o que previamente já foi definido, a exceção de experiências de governos locais de caráter progressista.<sup>38</sup>

Outra alternativa utilizada pelo Estado capitalista refere-se às políticas compensatórias (frentes de trabalho, bolsa-escola, vale-gás, entre outras), mas isso não significa que a desigualdade social foi atenuada e os movimentos sociais têm outro papel a ser desempenhado, que é o de concorrer com o discurso imposto pelo Estado capitalista de que as políticas assistencialistas (distribuição de cestas básicas, por exemplo), se constituem na forma mais acertada de combate à pobreza, tendo agora as Organizações Não Governamentais (ONG), que desempenhar papel preponderante no cenário dos direitos humanos como um todo; etnia, gênero, opção sexual, etc., passando pelas questões referentes a meio ambiente (historicamente sua área de atuação), nacionalidade, religião.

-

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup> Aqui me refiro a duas iniciativas de participação popular estabelecidas a partir dos governos de esquerda no Brasil, que são os conselhos setoriais e o orçamento participativo.

Gohn (2002) entende que atualmente há um novo cenário com novos atores, graças a políticas sociais de cunho reformista, com uma nova configuração jurídica - o chamado terceiro setor<sup>39</sup>, privado sem fins lucrativos, de caráter associativista e cooperativista. A autora denuncia as contradições do terceiro setor, afirmando que este intermedia a relação entre Estado e sociedade, papel antes desempenhado pelos movimentos sociais, só que agora é para "implementar e executar políticas sociais, desativadas nas instâncias de execução pertencentes aos órgãos estatais transferidas para a sociedade civil organizada em parcerias entre o setor público e o público não estatal" (p. 94).

A década de 1990 também representa o momento de declínio desses movimentos, seja pela multiplicação de canais de pressão política, ou pelo possível populismo imprimido por seus dirigentes e/ou práticas de cooptação, ou até mesmo pela chegada ao poder de partidos comprometidos com as causas populares, ou ainda pela necessidade de mudar o foco do debate, que antes era o embate contra a ditadura militar, pela democratização, confluindo forças para questões mais difusas como os aspectos culturais possam ter tornado mais confusa a luta dos movimentos sociais, tornando-os mais vulneráveis e desarticulados. A verdade é que há claramente uma redução da força e/ou alcance que estes revelaram no contexto dos espaços de reprodução social, na década anterior, redefinindo o diálogo com o Estado.

Mas há também o indispensável reconhecimento do papel exercido por estes, no processo de construção da democracia e da cidadania, solidificando a idéia de que a participação popular imprime a marca do avanço da sociedade brasileira nas duas últimas décadas, seja pela construção de projetos voltados diretamente para minimizar as desigualdades sociais; seja pela influência decisiva nos processos de

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> Não cabe aqui um maior detalhamento dos fundamentos político-econômicos do terceiro setor, sugiro como aprofundamento da discussão Gohn (2002) In: Gentilli, P.; Frigotto, G. (Orgs.), 2002.

organização política e de mudanças de condições, restando como desafio, o contínuo enfrentamento junto às instituições sociais, provocando maior rigor no desempenho de seus papéis; como também enquanto referencial de análise para as Ciências Sociais, consolidando a legitimação acadêmica dessa temática, em que pese esquemas interpretativos diversos. A este respeito, Arroyo (2003, p. 32), se posiciona afirmando que os movimentos sociais:

Revelam à teoria e ao fazer pedagógicos a centralidade que têm as lutas pela humanização das condições de vida nos processos de formação. Nos relembram quão determinantes são, nos constituir-nos seres humanos, as condições de sobrevivência. A luta pela vida educa por ser o direito mais radical da condição humana.

Importa reafirmar que há um entendimento de que os movimentos sociais, independente do percurso histórico por eles seguido, ecoam na definição e/ou implementação de políticas públicas, e que estas possibilitam os elementos básicos à formação de composições e vínculos solidários, sendo elas que concorrem decisivamente para uniformizar ações políticas de grupos sociais não homogêneos do ponto de vista econômico (ALMEIDA, 1989, p. 4), colocando na agenda a participação enquanto exigência política para a consecução de uma configuração dessas políticas, o que denota a relação dialética estabelecida entre os movimentos sociais e as políticas públicas, interessando, neste caso, as de cunho educacional.

#### 3.1.1 Movimentos sociais e educação: uma interação necessária

As demandas sociais pela educação no Brasil nos anos de 1980 impulsionaram o surgimento de políticas públicas educacionais que se apresentaram com maior clareza na década seguinte, sendo necessário ressaltar aqui que o entendimento

acerca de educação ultrapassa os ditames da escola formal e considera os processos de aquisição de conhecimentos, sejam eles de diferentes formas, hábitos e valores, realizados em lugares que não necessariamente sejam a sala de aula formal, ou que tenham necessariamente a figura de um professor.

Segundo Gohn (2001, p. 59), as demandas educacionais nos anos de 1980 eram significativas e revelavam a urgência da sociedade para com a resolução e/ou equacionamento de problemas estruturais, recorrentes do modelo de desenvolvimento estabelecido pelo Estado brasileiro. A autora assim sistematizou as demandas acima mencionadas na referida década:

DEMANDAS EDUCACIONAIS NA SOCIEDADE	DEMANDAS POR EDUCAÇÃO ESCOLAR
Educação ambiental	Educação infantil: creches e pré
	escolas
Educação sobre patrimônio histórico cultura	Ensino de 1º e 2º graus
Educação para a cidadania	As demandas da Universidade
Educação Sanitária e de Saúde Pública	As demandas por novas lei
	educacionais do ensino
Educação Popular	Ensino noturno
Educação de menores e adolescentes	
Educação de minorias étnicas: índios	
Educação contra discriminações: sexo	
idade, cor, nacionalidade.	
Educação para deficientes	
Educação para o trânsito e de convivência	
em locais públicos	
Educação contra uso de drogas	
Educação sexual	
Educação contra o uso da violência e pela	
segurança pública	

Fonte: GONH, M. Movimentos sociais e educação. São Paulo: Cortez, 2001.

Essas demandas fazem parte de um conjunto maior de demandas sociais, que se inscrevem no bojo das pressões pela redemocratização do país e se tornam imperativas, levando o Estado a repensar a questão educacional do país. Na verdade, uma parcela de dirigentes brasileiros se apropria da idéia de "Qualidade total da

Educação", muito difundida pelas leis de mercado e como forma de controle social, atendem aos imperativos dos organismos internacionais, gerando as reformas impostas para a década de 1990, sendo estas bastante criticadas por um número significativo de teóricos da educação brasileira, que inclusive afirmam que as reformas no campo da educação serviram como arrefecimento na relação entre movimentos sociais e a sociedade civil.

Daí a necessária interação entre movimentos sociais e educação, pois importa reconhecer o caráter educativo desses movimentos <sup>40</sup> e mais a centralidade da categoria trabalho conjugada a pluralidade de direitos no processo de formação e deformação humana (ARROYO, 2003, p. 34).

Diversas experiências podem ser citadas para demonstrar a persistência gerada pelos movimentos sociais em prol de uma educação de qualidade e transformadora, em todo o país, sendo que aqui é necessário fazer um recorte metodológico e pontuar a experiência vivida pelos movimentos sociais da ilha de Caratateua, que é o objeto de estudo desta pesquisa.

## 3.1.2 Um cenário particular: movimentos sociais em prol da educação na ilha de Caratateua

Os movimentos sociais na ilha datam da década de 1980 e giram em torno das reivindicações por equipamentos públicos, como abastecimento de água e esgoto, luz elétrica, melhoria de transporte, incluindo a construção da ponte Enéas Martins, que se deu em 1986, que liga a ilha à porção continental de Belém. Essa movimentação se dá em função do crescimento populacional ocorrido na ilha, produto da urbanização acelerada que Belém vivenciou na referida década, assunto já mencionado no Capítulo 1 deste texto.

-

<sup>&</sup>lt;sup>40</sup> Ver Gohn (2001) e Arroyo (2003).

O crescimento metropolitano de Belém repercutiu de modo muito intenso sobre os arredores da cidade, onde uma série de núcleos suburbanos preexistentes vê as respectivas áreas edificadas fundirem-se entre si e com Belém (SILVA, 1995, p. 226).

Importa registrar que alguns acontecimentos marcam a trajetória dos movimentos sociais na ilha no início década de 1990, quando Caratateua enfrenta plebiscito com vistas ao projeto de emancipação política que tinha como propósito a separação das ilhas de Caratateua, Mosqueiro e demais ilhas, bem como o distrito de Icoaraci do jugo da capital paraense, onde a população local, através da movimentação do Conselho de Representantes das Ilhas (Consilha), diz não à emancipação. O entendimento do Conselho na época era que a emancipação não garantia a melhoria de qualidade de vida dos ilhéus e nem tampouco representava na prática sua autonomia, se constituía na verdade em uma grande jogada políticopartidária para futura alocação de cargos, prática muito comum em se tratando de política brasileira e paraense, uma vez que a oligarquia de famílias tradicionalmente "donas do poder" na cidade de Belém remonta a tempos imemoriáveis.

> O Consilha reforça a campanha pelo "não" dizendo que as 29 ilhas da área perderão anos de luta e debates para o reconhecimento da relevância do seu patrimônio socioambiental. "Essas ilhas são e querem continuar a ser territórios de Belém" afirmam os membros do Conselho (Jornal O Liberal, 15.02.1993).

Vários segmentos sociais da Ilha também se uniram na luta contra a instalação do Porto da Sotave<sup>41</sup>, na mesma época, tendo grande repercussão na sociedade local, como mostra a reportagem do Jornal "O Liberal" em entrevista com o sociólogo Mariano Klautau Araújo, em 25 de abril de 1993.

Ministério dos Transportes. A população da ilha se posicionou contra a transferência do porto de Belém para o porto construído na ilha alegando dentre outras razões, a questão da agressão ambiental.

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup> Empresa multinacional ligada a produção de adubos e defensivos agrícolas, que construiu um porto na ilha de Caratateua na década de 1980, e por questões de ordem política, teve o mesmo expropriado no ano de 1988 pelo então governo Sarney. Desde de lá a causa se arrasta na justiça tendo passado por cinco governos federais, sem que haja uma definição de valores ou de posse definitiva. Hoje se encontra sob gestão da Companhia das Docas do Pará (CDP), instituição ligada ao

O turismo e o lazer, aliados ao entreposto produtivo de alimentos, (a pesca artesanal, sobretudo) - isto é, uma política de desenvolvimento auto sustentável - esta é a vocação do Outeiro e de todas as ilhas, que conformam a moldura geográfica de Belém e não um porto que se tente impringir como progresso ou solução portuária [...] o porto põe em risco todo o patrimônio ambiental de cerca de 50 ilhas adjacentes a Belém (2º Caderno).

É notória a importância e o papel desempenhado pelo Consilha, enquanto representante que congrega 13 centros comunitários da ilha, no que concerne às questões voltadas para as demandas sociais vivenciadas pelos ilhéus, desde as carências mais objetivas até movimentos amplamente requisitados, referentes às áreas da saúde, segurança, educação e meio ambiente, a exemplo da descrição feita pelo Jornal local "O Liberal":

Com a intenção de tirar dos discursos e palestras a luta pela defesa ambiental e para preservar e ordenar a ocupação dos 12 km de praia da ilha do Outeiro, o Consilha elaborou o projeto "Desenvolvimento e meio ambiente" [...] o projeto apresenta sugestões e soluções concretas para a questão ambiental da Ilha [...] o projeto do Consilha abrange três partes, envolvendo os aspectos urbanos e turísticos do Outeiro (2º Caderno, 26.03.1991).

O surgimento do Consilha data de 1990, e demonstra a urgência da população em se unir em prol de uma necessidade comum, conforme coloca o morador A, fundador e primeiro presidente do conselho:

Nós começamos a discutir o Conselho em 1987, mas ele só foi se materializar por volta de 1990, por que era uma coisa nova, e todo governador ou prefeito que entrava a gente fazia um plano de trabalho pra ilha e entregava [...] é que eu já tenho 48 anos de militância, Para a distritalização 42 do Outeiro, nos reunimos e eu escrevi um artigo intitulado: "Poder e alienação ou o pedreiro Valdemar", fazendo menção aquela marchinha de carnaval, que ele constrói a casa, mas não tem onde morar, ou seja, cada vez que a gente vota em alguém, a gente anula esse voto porque as pessoas ficam cada vez mais distante da gente [...] o poder ele foi alienado de quem o sufraga pelo voto, então a distritalização ela traz de volta a Redenção de Agora na democracia grega, que não pode ser feita tecnicamente, porque você não tem condições de chamar um milhão de pessoas para discutir a política da pólis, então a distritalização é a redenção de Agora [...] esse é o fundamento (Depoimento verbal).

\_

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> Ver sobre distritalização no Capítulo 1.

Em entrevista realizada com um morador (B) da ilha, ele assim se posiciona acerca do papel desempenhado pelo Consilha na época de seu surgimento:

O Consilha quando começou, foi pra gente resolver a questão de transporte, nós discutimos com a antiga EMTU<sup>43</sup>, a questão do transporte, a melhoria do transporte já naquela época. Sentamos com todos os membros do Consilha pra discutir a proposta geral e depois ela foi pra cada comunidade [...] e depois fizemos uma grande assembléia. Eu me lembro como se fosse hoje a EMTU chegou com o mapa do Outeiro e eu não entendia nada aí eu fui pegar meu mapa velho pra localizar meu bairro e depois da exposição foi aprovado o nosso sistema de transporte pela empresa [...] Isso tudo antes da quebra do monopólio, eu digo assim que não houve quebra de monopólio, houve umas concessõezinhas [...] Só pra tu ter uma idéia através do Consilha, nós conseguimos fazer o Plano Diretor da Ilha (Morador B, depoimento verbal).

Fazendo a análise das transformações ocorridas ao longo da década de 1990, o mesmo entrevistado assim se posiciona:

Hoje nós regredimos [...] na época da abertura do Consilha, para ter uma idéia, o Consilha se reunia e definia qual o problema de hoje, é educação, então marca uma audiência pública, com a secretaria aqui na ilha [...] e ela vinha, a gente fazia uma exposição [...] e hoje regrediu, porque a gente chama a secretaria pra ele se posicionar dentro da área da educação, o cara diz: não é uma proposta de governo [...] eu não posso (depoimento verbal).

O movimento em torno das questões educacionais, precisamente na ilha, reflete o acirramento das desigualdades sociais, proveniente da divisão de classe por ela historicamente vivenciada. Nessa lógica, a busca do conhecimento ganha centralidade e com ele as reivindicações em prol de uma educação de qualidade, para que sirva de instrumento de libertação e melhoria das condições de existência. A esse respeito, Gohn (2002, p. 96) teoriza:

À escola, como à cidade, é atribuído o espaço para o exercício da democracia e conquista de direitos, da mesma forma que a fábrica foi o espaço de luta e conquista dos direitos sociais dos trabalhadores. O número de anos de escolarização, associado à qualidade da educação recebida, é apresentado como fator determinante para o acesso ao mercado de trabalho, nível de renda a ser auferido etc.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>43</sup> Empresa Metropolitana de Transportes Urbano, hoje denominada de Companhia de Transportes de Belém (CTBEL).

Tornou-se, portanto, urgente a implementação de políticas sociais voltadas para o campo da educação, onde os movimentos sociais da ilha vão desempenhar importante papel. Especificamente na ilha a educação era vista pelos movimentos sociais da seguinte maneira, e reflete o que a autora teorizou acima:

Quando a gente sentava no Consilha pra discutir sobre educação, é que a gente queria uma educação de qualidade, com professores formados [...] Se você vê hoje aqui na ilha, no bairro de Itaiteua onde eu moro, professores que ainda estão tentando curso superior, por que antes, eram aquelas pessoas que acabavam o 2º grau e vinham dar aula aqui no Outeiro, por que era filha de fulano de tal, de líder comunitária, colocava sua filha, seu sobrinho, e a gente não queria isso, queria educação de qualidade, com professor formado pra ensinar nossos filhos, igual como é em Belém [...]" (Depoimento verbal, Morador B)".

A fala do entrevistado retrata o caráter secundário dado à educação brasileira historicamente, onde qualquer pessoa que não tivesse emprego ou uma profissão definida poderia assumir uma sala de aula, o que contava na realidade era o grau de parentesco ou acesso para inserção nesse mercado de trabalho, à medida que a formação desse profissional tinha uma importância menor, e daí vale ressaltar mais uma vez a necessidade de valorizar a importância desses movimentos.

O mesmo entrevistado entende que o maior empreendimento na área da educação na ilha se refere à construção do Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira e declara que foi uma conquista do Consilha:

a questão do projeto da Escola Bosque que é o primeiro na América Latina, você formar um técnico em meio ambiente, por quê? A Lei federal é bem clara sobre o direito de ir e vir do cidadão, bem clara, você vai ali e pode voltar, e Escola Bosque ela veio com uma proposta nova, diz até um pensamento do Mariano que na época foi roubado num jornal por cidadão como se fosse dele, "o direito do cidadão ficar" você se prepara para trabalhar ficando na sua terra (Depoimento verbal).

Diante da declaração do entrevistado posso parafrasear Arroyo (2003), quando afirma que os movimentos sociais repõem a centralidade dos sujeitos, valorizando o caráter educativo, questionando: "como pensar currículos, conteúdos e metodologias, como formular políticas e planejar programas educativos sem incorporar os estreitos vínculos entre as condições em que os educandos reproduzem suas existências e seus aprendizados humanos?" (p. 33).

É pela participação construída em um contexto sócio-político, ou seja, pautada na intervenção política e na representação que estabelece a diferença no plano da ação organizacional, desses movimentos, que no caso em estudo revela uma participação voltada para o *jeito de ser insular*, e aqui me refiro especificamente a forma e ao conteúdo dessa participação que se constituiu a partir das necessidades mais prementes dos ilhéus, revelada pelo surgimento, constituição e implantação do Consilha naquele momento histórico na ilha. Revela também a forma de relacionamento estabelecida entre as instituições públicas e os moradores sistematicamente organizados e mais ainda como os mesmos visualizam esta relação:

Antes a gente era recebido, mas depois só faziam a escuta, se beneficiaram como cidadãos, engordaram o currículo e a comunidade teve perda. No segundo governo não houve tentativa de encaminhar os projetos de educação aqui na ilha, como foi o caso da Escola Bosque, eles não deram o pontapé inicial, só se beneficiaram como cidadãos e não trouxeram retorno pra escola e nem pra ilha (Morador B).

Ao examinar mais detidamente a reflexão feita pelo entrevistado, observa-se a evidente relação conflituosa<sup>44</sup> estabelecida entre os que compõem a linha de frente dos movimentos sociais e o poder público, bem como a expectativa daqueles para com a continuidade de ações que supostamente se constituíram como benéficas para a comunidade. Há um entendimento na mudança cíclica de poder e

.

<sup>&</sup>lt;sup>44</sup> O conflito deve ser entendido como o primeiro elemento formador dos movimentos sociais, à medida que estes surgem a partir da constatação da incapacidade do Estado em atender as necessidades básicas da sociedade civil organizada.

concomitantemente a busca incessante da recriação desse poder que a qualquer momento possa ser questionado, que Faundez (1993 p. 89) denomina de consciência crítica: "A consciência crítica não pode ser formada sem a criação desse novo poder. É uma nova luta por esse novo poder que deverá ordenar as relações humanas com justiça e criatividade". A respeito do conflito este é assim entendido pela gestão do 2º governo:

[...] A disputa é uma experiência conflituosa, às vezes com agressividade, depois vai se atenuando [...] é um exercício muito interessante, rico e cansativo [...] Uma coisa é eu estar aberto enquanto governo para o diálogo, e outra coisa são os nossos princípios, tudo na vida é político. Nós temos na vida princípios, nós temos projetos que são estruturais para nós, pra nossa concepção de cidade, pra nossa concepção de desenvolvimento humano. Então nós vamos disputar com a população nosso projeto [...] o governo disputava seus projetos e a população disputava o seu. Isso é política (Depoimento verbal).

Os depoimentos dos entrevistados revelam discussões variadas acerca das políticas públicas educacionais na Ilha, bem como da participação e do jeito de ser insular. Aqui me refiro à participação enquanto um valor qualitativo, ou seja, que se efetiva a partir do estabelecimento de condições favoráveis a prática da democracia, que é permeada pela contradição, mas, possivelmente superada pela dialeticidade das relações, uma vez que toda transformação da realidade não exclui o conflito, ele é intrínseco a todo processo de transformação. Essa participação revela na prática, interesses individuais e coletivos se constituindo em extremidades de uma mesma tensão, e enquanto prática política deveria se constituir como valor na cultura nacional.<sup>45</sup>

\_

<sup>&</sup>lt;sup>45</sup> RICCI, R. (2004) afirma que este parece ser o cerne das contradições e impasses das práticas participacionistas no país, se referindo a uma das conclusões a que chega a pesquisa "Projeto metrópoles, desigualdades socioespaciais e governança urbana", coordenada pela PUC de Minas, Ipardes, UFRGS, PUC-SP, FASE, UFRJ, que envolveu 1540 conselheiros de sete capitais brasileiras, dentre elas a cidade de Belém.

# 3.2 REPERCUSSÕES DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM AÇÃO NA ILHA DE CARATATEUA

A discussão feita anteriormente solidifica a idéia de que as classes populares quando organizadas, mesmo enfrentando todos os ditames do Estado burguês, conseguem provar que nos dias atuais há um esgotamento do modelo centralizado de gestão. E no caso especifico da história da educação da cidade de Belém é a década de 1980, que representa o marco temporal para o movimento de abertura política mesmo que ainda tímido, mas de fundamental importância para as décadas subsegüentes. Dirigir a política municipal de Belém naquela década, se constituía como um grande desafio, uma vez que o momento histórico carecia de uma política educacional, comprometida com um projeto que minimamente comungasse com os ideais de democracia, voltada para a realidade local, à medida que o déficit educacional da cidade, embora não fosse prerrogativa apenas de Belém, era algoconsiderável. Era imperioso um projeto que mudasse a cara da educação do município. Assim se reporta a autora que analisou a política educacional de Belém no referido período acerca da implantação da Proposta Modular Integradora de Educação e Cultura, enquanto ação que norteou as gestões educacionais do município:

[...] Essa face da realidade de Belém, não se pode entender a partir de certezas estabelecidas, exigia um esquecimento parcial de um certo saber oficial para mergulhar nesse aparente não-saber que constitui a grande sabedoria das camadas populares, dos homens e das mulheres simples, das soluções encontradas na prática da vida. Por isso tornou-se necessário, a crítica, o estranhamento do modo oficial, tradicional, do saber apropriado pela classe dominante, provocando o confronto com a prática de uma outra realidade, com esse saber advindo das escolas ou atividades culturais, que nascem lá onde morrem as estratégias convencionais (OLIVEIRA, 1996, p. 107).

Os primeiros passos são dados, tropeçando nas raias da descentralização rumo à tão propalada necessidade de equacionar os danos deixados por anos a fio

de práticas educacionais elitistas. As pedras que fazem parte desse caminho ainda vão perdurar por muito tempo, sendo que num outro rumo, onde os movimentos populares (ou a sociedade civil organizada), vão ter a incumbência de ir retirando-as entremeados por um debate mais evidente acerca da democratização, da busca do pleno exercício da cidadania, da revisão do papel a ser exercido pelo governo municipal, da tão questionada municipalização, da tão almejada qualidade do ensino, na tentativa de reverter as taxas de evasão e repetência próprias daquele período.

Ainda no final da mesma década a sociedade civil se mobiliza para conceber uma nova Carta que possa fazer com que o país caminhe pari passu com as transformações sociais, culturais e políticas mais pungentes. Intelectuais expressivos comprometidos com a causa do exercício da cidadania, políticos, representantes de movimentos sociais da cidade de Belém, vivenciam esse processo e mais do que isso, contribuem de forma considerável para traçar novos rumos para a educação do país, que consequentemente vai interferir de forma direta na política educacional local. As experiências da "década perdida" devem servir para rever conceitos, qualificar o discurso e imputar ao fortalecimento do poder local a prática de uma gestão realmente democrática, à medida que houve uma intencionalidade significativa de romper com as práticas clientelistas tão presentes na realidade local e, mais que isso, para além da intencionalidade uma ação que, resguardando suas limitações, apontou as bases para uma nova cultura de gestão da educação de Belém.

Era imperioso olhar para a cidade para além de Icoaraci<sup>46</sup>, para além das águas e para os saberes que se encontram e que se cruzam do outro lado da ponte<sup>47</sup>, afinal, a existência de um distrito composto por ilhas era uma realidade e

<sup>46</sup> Distrito limítrofe entre a parte continental e a parte insular da cidade.
 <sup>47</sup> Ponte Enéas Martins que une o continente à ilha de Caratateua.

não mais cabia a invisibilidade de homens, mulheres e crianças à margem do acesso a equipamentos públicos básicos e onde a educação tem um valor significativo. Nesse sentido, é importante considerar o perfil dos dois gestores da educação de Belém na década de 1990, onde ambos são provenientes da docência de nível superior que, resguardando suas identificações ideológicas e partidárias, diferente dos períodos anteriores, têm uma vivência educacional, uma trajetória significativa no campo da educação, uma vez que a última década do milênio impunha que estivessem para além da mera articulação político-partidária, podendo ser observados nos depoimentos a seguir, quando interrogados pelo critérios e fatores que contribuíram para ocupação do cargo:

[...] A experiência, o desempenho na Secretaria Estadual de Educação, o que eu vi na Universidade na época da ditadura militar e a minha participação nos movimentos sociais, tudo foi válido como aprendizado para por em prática na gestão municipal (Depoimento verbal, Gestão 1º governo).

Eu sempre tive uma atuação a nível local e nacional, inserção em grupos de trabalho da ANPED e atuação decisiva na pró-constituinte, bem como no Fórum de Defesa da Escola Pública e uma longa atuação no sindicato de professores. Essas, dentre outras experiências serviram como critério para ocupação na gestão da secretaria municipal (Depoimento verbal, Gestão do 2º governo).

A experiência expressa pelos gestores se constitui em um diferencial diante do enfrentamento a ser vivenciado na nova década, marcada pela presença das orientações dos organismos internacionais na política educacional brasileira, <sup>48</sup> recorrente das diretrizes do modelo neoliberal de governar, onde mais do que nunca a educação vai se adequar às formas de produção e reprodução da organização do

internacionais se refere a: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) e ao Banco Mundial.

<sup>&</sup>lt;sup>48</sup> Foge ao escopo dessa pesquisa fazer uma revisão bibliográfica em torno da reformas educacionais preconizadas e/ou implantadas pelo governo brasileiro ao longo da década de 1990, uma vez que há uma vasta bibliografia acerca de assunto, a exemplo de Shiroma (2004); sendo mais interessante entendê-las no contexto da realidade local. Também é importante esclarecer que o termo organismos internacionais se refere a: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

trabalho. A eficácia ideológica que compreende a filosofia neoliberal, a rigor, diz respeito à desregulamentação, ao Estado mínimo, a flexibilização e as privatizações, sendo que estas últimas, em Belém, foram amplamente criticadas, provocando reações diversas por parte da sociedade civil local, estabelecendo uma nova visão em torno do papel a ser desempenhado pelo Estado.

As novas condições culturais induzem a uma nova roupagem para as ações municipais da década de 1990, também influenciadas pelas determinações estabelecidas na Conferência Mundial de Educação Para Todos, ocorrida em Jomtien, Tailândia, em 1990, que juntamente com as determinações da Cepal, darão origem no município de Belém, ao Plano Decenal de Educação Para Todos (1993-2003), tendo por princípio a necessidade de adequar a educação às novas demandas de mercado. "Disseminou-se a idéia de que para "sobreviver" à concorrência de mercado, para conseguir ou manter um emprego, para ser cidadão do século XXI, seria preciso dominar os códigos da modernidade" (SHIROMA, 2004, p. 56). As transformações ocorridas na Secretaria Municipal de Educação de Belém, dizem respeito inicialmente à implantação do Sistema Municipal de Educação e seus dois subsistemas<sup>49</sup> e obedece sumariamente à seguinte cronologia:

- 1- CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS<sup>50</sup> 1990:
- 2- PLANO DE AÇÃO PARA SASTIFAZER AS NECESSIDADES BÁSICAS DE APRENDIZAGEM-1990:
  - 3- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-1991;

<sup>49</sup> Temática já abordada no capítulo II desta pesquisa.

<sup>&</sup>lt;sup>50</sup> Em sua ação prioritária a nível nacional, a Conferência chama atenção para 06 áreas que devem ser consideradas para execução do plano de ação, a saber: avaliar necessidades e planejar ações; desenvolver um contexto político favorável; definir políticas para a melhoria da educação básica; aperfeiçoar capacidades gerenciais, analíticas e tecnológicas; mobilizar canais de informação e comunicação e, estruturar alianças e mobilizar recursos.

4- PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS DO MUNICÍPIO DE BELÉM (1993-2003).

Universalizar o acesso à educação e promover a equidade refere-se ao artigo 3, da Conferência Mundial de Educação para Todos, que no inciso 4 fortalece a idéia de democratização e inclusão social, conceitos bastante discutidos e ideais perseguidos pelas duas gestões municipais de Belém da década de 1990, importantes para este objeto de estudo, uma vez que o referido inciso assim dispõe:

Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos - <u>os pobres</u>; os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; <u>as periferias urbanas e zonas rurais</u>; os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e lingüísticas; os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação -<u>não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais.</u> (Conferência Mundial de Educação Para Todos, 1990) (grifo meu)

O Plano Decenal de Educação para Todos do Município de Belém indica a necessidade de democratizar a educação em vista da situação educacional considerada preocupante, uma vez que em 1993, contabilizava 46 escolas, com 1349 turmas, somando 47.347 alunos assim distribuídos:

- a) em Belém, 28 escolas, 964 turmas, com 1261 alunos de pré-escolar, 21282 de 1ª a 4ª série, 7472, de 5ª a 8ª série, somando ao todo 34927;
- b) em Val-de-Cães, 1 escola, 54 turmas, com 116 alunos de pré-escolar, 930 de 1ª a 4ª série, 84 de 5ª a 8ª série, 512 de ensino supletivo, somando 1642;
- c) em Mosqueiro, 10 escolas, 144 turmas, com 586 alunos de pré-escolar, 2317 de  $1^{a}$  a  $4^{a}$  série, 403 de  $5^{a}$  a  $8^{a}$  série, 694 de ensino supletivo, somando 4000;
- d) em Icoaraci, 7 escolas, 187 turmas, com 251 alunos de pré- escolar, 4294 de 1ª a 4ª série, 1562 de 5ª a 8ª série, 671 de ensino supletivo, somando 6678. (Plano Decenal de Educação para Todos do Município de Belém 1993-2003,. p. 5)

O mesmo documento chama a atenção para a oferta escolar que se refere diretamente à Secretaria de Educação (Semec) e a parte conveniada com entidades

comunitárias<sup>51</sup> (educação Infantil), que àquela época se constituía numa tradição do município, a Secretaria então se compromete a absorver esta demanda. Vale ressaltar que na distribuição explicitada acima não se considerou a situação educacional da ilha de Caratateua, que naquele momento contava com uma única escola municipal como foi exposto anteriormente. Somente no estabelecimento de desafios e prioridades do Plano Municipal de Educação, é que a ilha de Caratateua será considerada - precisamente no item referente à educação ambiental, podendo ser visualizado a seguir:

Foram definidas 6 prioridades básicas para o decênio 1993-2003, tomando-se em conta as características históricas do município e os compromissos de educação para todos:

- 1-Universalização quantitativa e qualitativa da educação de 1º grau.
- 2-Formação permanente e valorização dos profissionais de educação.
- 3-Aperfeiçoamento sistemático da rede e dos espaços didáticos.
- 4-Educação infantil.
- 5-Educação ambiental.
- 6-Apoio às ofertas específicas. (Plano Decenal de Educação para Todos do Município de Belém 1993-2003. p. 8-13)

No que se refere ao item 5, o Plano estabeleceu como desafio:

A Semec entende que o município de Belém, por sua ecologia notória, pode representar uma vanguarda na educação ambiental, em particular quando se fala de projeto pedagógico próprio das escolas. A circunstância histórica e ecológica das escolas é parte integrante deste esforço. Além do esforço de desenvolver a concepção de educação ambiental, o desafio maior será a implantação da "Escola Bosque", em Outeiro, em andamento, onde será possível criar condições particularmente favoráveis à educação ambiental na educação básica. Trata-se de uma escola dotada de préescolar, 1º e 2º graus, admitindo no 2º grau relativa auto-sustentação dentro do contexto profissionalizante comunitário. O manejo adequado da natureza será diretriz essencial. A "Escola Bosque" deverá funcionar como referência ambiental para a Rede toda e, juntamente com o ISEBE, desenvolver estratégias atualizadas nesta área, inclusive produção constante de material didático (BELÉM, 1993, p. 10).

Quanto às metas e estratégias:

- terminar a construção da "Escola Bosque";

\_

<sup>&</sup>lt;sup>51</sup> A situação educacional do município da época compreendia as escolas oficiais da Semec e um número significativo de escolas comunitárias. Ver Oliveira (1996).

- desenvolver concepção atualizada e localmente circunstanciada de educação ambiental;
- impregnar a rede municipal;
- incrementar e formar competência local para o desenvolvimento de proposta; fomento de intercâmbio técnico;
- dotar a Escola Bosque de qualidade eminente. (BELÉM, 1993, p. 11)

Das ações acima mencionadas, no que se refere às direcionadas à Ilha de Caratateua, ainda no ano de 1995 em caráter experimental, se deu a inauguração da Escola Bosque, com personalidade jurídica de direito público<sup>52</sup>, uma vez que se trata de uma Fundação Municipal de Referência em Educação Ambiental (Funbosque), onde dentro funciona uma escola, sendo esta vinculada à Secretaria Municipal de Educação.

O Artigo 4º da Lei 7.747 estabelece os objetivos do Centro de Referência em Educação Ambiental, assim descritos nos incisos:

I- Atuação e manutenção da educação infantil, e Escola de 1º grau, em regime de tempo integral, com currículos próprios e ênfase para a educação ambiental na integração harmônica entre o homem e a natureza que o cerca;

II- Atuação e manutenção da escola de 2º grau, em tempo e atenção integral, em caráter profissionalizante, voltados para cursos que preparem os estudantes para o gerenciamento dos bens da Amazônia e — em especial- do arquipélago do Guajará, com ênfase aos cursos de formação de técnicos em manejo da fauna, da flora e em ecoturismo;

III- Atuação e manutenção, por meios próprios ou por convênios e acordos a serem celebrados com outras instituições, nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais de cursos, oficinas, encontros e programas de educação formal e não formal, assim entendidos os projetos de pesquisas e de atendimento comunitário em todas as áreas do conhecimento que envolvam o estudo do meio ambiente, aí incluídas até experiências inovadoras em termos de desenvolvimento humano sustentado.

O ano letivo regular se deu a partir de 1996, tendo como parâmetro de competência a pesquisa como princípio educativo, sem perder de vista a promessa feita no Plano Diretor das Ilhas de que a Escola Bosque deveria irradiar práticas de

\_

<sup>&</sup>lt;sup>52</sup> Lei Municipal n. 7.747, de 02 de janeiro de 1995.

educação ambiental, não só para a ilha mas, para o município como um todo. Daí a procedência da afirmação de Demo (1996), seguida de justificativa com relação à escolha dos profissionais que deveriam atuar na Escola Bosque naquele momento:

> A Escola joga tudo na qualidade humana de seus profissionais. Decorre disto de que precisam ser poucos e bons, também para poderem ser melhores remunerados. É mister adiantar, imediatamente, que não se faz isso por opção neoliberal, mas por compromisso qualitativo (grifo meu) (p.

A Pedagogia de Projetos<sup>53</sup> enquanto perspectiva metodológica vai nortear todo o processo educativo ainda na referida gestão, na tentativa de atendimento a educação formal e não-formal, sendo desenvolvidos projetos de caráter ambientalista com vistas a preservação e conservação ambiental, obedecendo as diretrizes estabelecidas para as UEDS, sendo os seguintes:

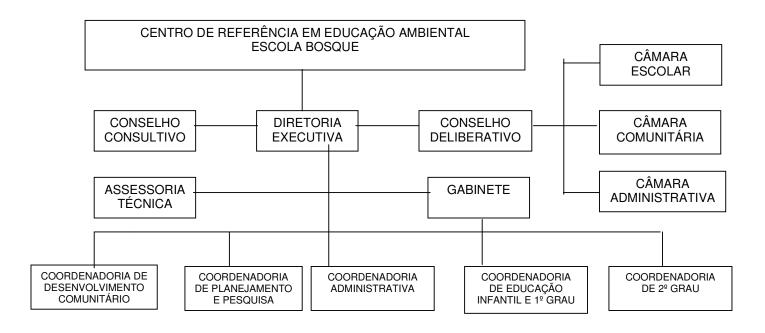
- 1- Arborização e implantação de sistemas alternativos à sustentabilidade.
- 2- O lixo nosso de cada dia.
- 3- As plantas medicinais como suporte didático-pedagógico.
- 4- Educação alimentar: uma prática pedagógica da Escola Bosque.;
- 5- Projeto horticultura.
- 6- Projeto horti-criança como prática pedagógica na educação infantil.
- 7- Arte e estética ambiental.

Importa considerar a responsabilidade legada à Escola Bosque no que se refere ao papel a ser desempenhado tanto no âmbito do município como o referente à ilha, valendo ressaltar que empreender ações de educação ambiental para a ilha e para a cidade requer uma construção cultural, que em parte não foi dado conta pela gestão do 1º governo, em função do término do mandato, sendo que a iniciativa

<sup>&</sup>lt;sup>53</sup> Eixo teórico metodológico assumido pela gestão do 1º governo, inspirado na perspectiva do conhecimento globalizado e relacional, apoiado no referencial dos teóricos Kilpatrick e Paulo Abrantes. Ver Cadernos de Educação n. 5, p. 117.

indiscutivelmente é inovadora, uma vez que entre a inauguração da Escola Bosque e o encerramento do mandato transcorreu apenas um ano, período considerado pequeno para uma ação de caráter social. Percebe-se claramente que a partir dos projetos acima mencionados, houve uma tentativa de pôr em prática ações que ainda estavam no plano teórico, uma vez que houve uma preparação específica dos profissionais que deveriam atuar na Funbosque, não apenas na sala de aula, mas em todos os espaços da Fundação, que como tal possui uma estrutura diferenciada das outras unidades escolares do município.

Figura 3 - Organograma do Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira



O organograma acima revela a viabilidade de uma gestão diferenciada, que obedeça aos ditames estabelecidos para as UEDS, onde a ilha de Caratateua a partir de 1995 passa a vivenciar a nova possibilidade de uma educação voltada para a sua própria realidade.

Em 1997 ao iniciar a nova gestão, a Prefeitura Municipal de Belém se depara com um momento delicado da educação brasileira, período em que a investida neoliberal está em pleno vigor no Brasil e conseqüentemente interferindo diretamente no setor educacional. Novos caminhos são traçados para e/ou pela Secretaria Municipal de Educação, onde a proposta político-pedagógica da Escola Cabana expressou uma concepção política de educação em que no seu discurso valorizava a participação popular, tendo como princípio a inclusão social, que se caracteriza por:

- Trabalhar com as diferenças, mas reagir às desigualdades;
- Compreender os tempos e ritmos diferenciados de aprendizagem dos sujeitos do conhecimento, daí a importância da organização do ensino em ciclos, permitindo-lhes darem saltos qualitativos no processo de aquisição e construção do conhecimento;
- Conceber todos os envolvidos na ação educativa escolar (professores, alunos, técnicos, diretores, funcionários, pais) como sujeitos do conhecimento, sendo este compreendido enquanto processo cultural de apreensão da realidade.
- Admitir que a ação educativa escolar é fruto das relações culturais vivenciadas dentro e fora da escola, muitas vezes conflitivas e contraditórias, perpassadas por inúmeros preconceitos. Desvelar e enfrentar criticamente esses conflitos, é tarefa de uma escola competente (BELÉM, 1999, p. 120).

A dimensão político-pedagógica da proposta baseia-se:

na visão de homem enquanto sujeito histórico, produto e produtor das relações econômicas, sociais, culturais e políticas que o transformam e são transformadas pelos conflitos estabelecidos nas diferentes classes sociais, que se antagonizam na disputa pelo poder hegemônico (BELÉM, 1999, p. 4).

Esta concepção denota a tentativa de dar um caráter dialético para as ações empreendidas pela nova gestão, considerando o ideário cabano difundido em todos os setores do governo municipal, também conhecido pelo lema de "Governo do Povo," 54 que, diferente da gestão anterior, opta pelo Tema Gerador 55 enquanto perspectiva metodológica, sendo que na ilha de Caratateua exclusivamente na Escola Bosque, se manteve a Pedagogia de Projetos enquanto referencial metodológico, por entender que a especificidade da instituição requereu tal referencial.

O então Governo do Povo recebe a cidade de Belém com um déficit educacional significativo, 56 não se constituindo como prerrogativa exclusiva da cidade de Belém, mas da maioria das cidades brasileiras. As tentativas desse governo de implantação e estabelecimento de ações voltadas para o ideário cabano, na perspectiva da inclusão social se referem basicamente:

Ao Programa Bolsa Familiar para a Educação;

Ao Projeto de Alfabetização de Adultos - Professor Paulo Freire;

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva;

Ao Programa de Alimentação Escolar no Município de Belém.

A I Conferência Municipal de Educação, ocorrida em 1998 e que se constituiu na tentativa de consolidação do projeto-político pedagógico da Escola Cabana, que em tese oportunizou os educadores vivenciarem as diversas discussões acerca da expansão da rede municipal, sobre a questão dos educandos portadores de necessidades especiais, sobre a organização educativa fundamentada nos ciclos de

<sup>&</sup>lt;sup>54</sup> Ao chegar ao poder em 1997, o governo municipal representava a coligação Frente Belém Popular da qual fazia parte os partidos considerados de esquerda PT/PCdoB/PPS/PSTU/PCB, para exercer o mandato da Prefeitura Municipal de Belém, no período 1997-2000, tendo sido reeleito no período subsegüente.

<sup>&</sup>lt;sup>55</sup> Eixo teórico-metodológico baseado na concepção freireana de educação, referência das gestões

democráticas-populares.

56 Dentre outros fatores que concorrem para esse *déficit*, está a questão da Municipalização do ensino que ocorreu de forma problemática em todo o Brasil. Ver Oliveira (1999).

formação e dentre outras questões sobre a educação ambiental. Falar de educação ambiental para Belém, diz respeito à Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Professor Eidorfe Moreira (Funbosque) e conseqüentemente a ilha de Caratateua, uma vez que os documentos da referida Conferência mencionam o Artigo 7º da Lei Municipal 7.722/94 que estabelece:

Art.7º "A educação ambiental é considerada prioridade relevante do Sistema Próprio de Educação e tem na Escola Bosque do Outeiro sua referência ecológica técnica, merecendo particular atenção ao complexo das ilhas."

O documento da I Conferência reconhece e/ou reafirma o papel a ser exercido pela Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a Funbosque, no sentido de gerir ações voltadas para a educação ambiental para a cidade, bem como para as ilhas, mas adverte que a mesma não terá primazia sobre as demais escolas. Não cabe aqui neste texto aprofundar a discussão teórica sobre educação ambiental, mas é necessário reforçar que as políticas públicas educacionais destinadas para Caratateua demandaram ações que englobam espaços para além das salas de aula da Escola Bosque. Nesse sentido, várias ações foram empreendidas pela Funbosque em parceria com outras instituições ou com outras secretarias do próprio governo municipal, sendo que algumas devem ser consideradas:

- Inventário faunístico e florístico nas ilhas de Cotijuba e Mosqueiro em parceria com o Museu Emílio Goeldi;
- Projeto "Mutirão pra limpar e educar" em parceira com Sesan, Sesma, Funverde;<sup>57</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>57</sup> Secretaria Municipal de Saneamento (Sesan); Secretaria Municipal de Saúde (Sesma); Fundação Parques e Áreas Verdes de Belém (funverde).

- Projeto "Limpeza é nossa praia", realizado nas praias de Caratateua e Cotijuba no mês de julho, enquanto atividade específica do verão, em parceria com as administrações dos distritos regionais, dentre outras.

Essas ações revelam o reconhecimento da gestão do 2º governo para com a questão ambiental, que no Brasil entra em cena a partir da ECO92 e conseqüentemente no documento da Agenda 21, que:

[...] estabeleceu as diretrizes para a busca de um patamar de desenvolvimento socioeconômico e ambiental assentado sobre novas bases, na perspectiva da sustentabilidade, constituindo-se num importante planejamento estratégico participativo no nível local e/ou macro (BELÉM, 1999, p. 49).

Em que pese os questionáveis processos globalizantes estabelecidos pelas organizações multilaterais nas últimas décadas para os países da América Latina e conseqüentemente para o Brasil, "os elos cognitivos entre poderes locais, desenvolvimento e gestão são evidentes neste início de milênio" (FISCHER, 2002, p. 12), derivando a necessidade de uma releitura nos modelos de gestão. Na verdade não havia como fugir em pleno final de milênio de algo tão pungente como a questão ambiental. A implantação de uma Fundação Municipal como Centro de Referência em Educação Ambiental no Município de Belém e mais precisamente na ilha de Caratateua é potencialmente uma ação inovadora, que denota uma visão mais ampla e complexa, mais sintonizada com o contexto amazônico e que se desdobra em uma concepção mais alargada de cidadania, pela compreensão de que o educando passa a considerar e lutar pela preservação do uso racional do meio ambiente e conseqüentemente pode tornar-se um agente ativo de um processo avançado de desenvolvimento integrado e sustentável, com vistas a perseguir os princípios de democratização e inclusão.

Falar de princípios como democratização e inclusão, do ponto de vista educacional, significa reiterar que estes termos obedecem a uma construção histórica, onde suas bases, queiramos ou não, se inscrevem na luta pela educação para todos, inicialmente enquanto princípio liberal e que ao longo da história vai se apropriando de vários matizes políticos. Entretanto, no Brasil e, em particular, na cidade de Belém, estes princípios são apregoados com mais força por parte das instâncias governamentais a partir da Conferência Mundial de Educação Para Todos, referência da política educacional para os países da América Latina e do Caribe.

Mais uma vez é imperioso recorrer a Lima (2001), para solidificar a idéia da contradição que é pungente no contexto da gestão e concluir que embora no plano das orientações os dois governos municipais em estudo, tenham sido muito mais eficientes do que no plano das ações, vale reafirmar que ambos os planos em grau maior ou menor, representam em sua essência a mudança, a transformação, e por fim revelam a 4ª lei da dialética marxista, que diz respeito à unidade e luta dos contrários, em que numa realidade coexistem os elementos contraditórios que devem servir para transformar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## Para além das margens insulares...

Cumprir uma meta estabelecida não é uma tarefa fácil, mas a tentativa é louvável. Como em nenhum momento me propus a definir certezas e nem verdades, me sinto muito a vontade em afirmar que ao longo da pesquisa procurei evidenciar respostas aos meus questionamentos, respostas estas que com certeza serão interpretadas a partir de um olhar (daquele olhar a que Chauí (1988) se remete), mas é imperioso afirmar que aqui se encontra o meu olhar, direcionado, que revela o meu juízo de valor sobre o mundo, sobre a vida, sobre a cidade, sobre a ilha de Caratateua.

Sempre reflito sobre a trajetória do meu olhar sobre a ilha, que em tempos passados se voltava para uma visão romântica, talvez idílica, talvez telúrica... A lembrança era apenas do Outeiro - a travessia de balsa era uma aventura, lugar legal pra tomar água de coco na beira da praia, e pra assistir e/ou desvendar os mistérios da Festa de lemanjá. Essa é a visão de um tempo em que a infância ainda se fazia presente. O tempo passou - a ponte chegou, a infância e a adolescência agora fazem parte do passado. Agora são outros valores, a vida na academia requer um outro olhar para o mundo. Mas ainda vejo a ilha como Outeiro, tão somente como Outeiro. As raras idas no fim de tarde pra tomar água de coco já são revestidas de um certo medo. Se o suposto desenvolvimento chegou para a Belém, para Outeiro restaram as mazelas desse desenvolvimento: a violência, como perigo iminente - essa era a leitura possível!

Mas a vida impõe novas conquistas, dentre elas o reconhecimento profissional e nessa história fui parar em Outeiro, ainda era Outeiro. Somente na

primeira semana de trabalho na Ilha comecei a (des)entender a então ilha de Caratateua. Agora se inicia a construção de um novo olhar - de um olhar para além do Outeiro, para além do medo da violência, para além da praia e da água de coco e para além da Festa de Iemanjá. Nessa construção do novo olhar o contato com a gente de lá foi fundamental. Fui percebendo que lá tinha gente - gente que trabalhava, que comia e que não comia, que chorava e festejava, que compreendia e que ignorava e gente que sonhava. Dentre esses sonhos, o mais presente era o sonho de uma vida melhor. Quando eu perguntava sobre o jeito pra ter uma vida melhor, as respostas eram semelhantes: "Estudando professora! Estudando como a senhora estudou, pra ter emprego, pra ter salário e parar de fazer bico"! Isto se deu no contexto da experiência como professora de Educação de Jovens e Adultos - experiência ímpar que me valeu para um novo olhar para a educação. Lembrava-me das aulas de sociologia da educação quando discutíamos "Educação redentora".

Novas experiências se colocaram na minha trajetória profissional na ilha de Caratateua, agora não apenas Outeiro, já havia então acumulado o entendimento de que esta nomenclatura não se referia a ilha de Caratateua como um todo, mas apenas a sua parte central, mais conhecida, culturalmente mais aceita.

Discussões acerca do projeto político-pedagógico da Escola Bosque, sobre educação ambiental, sobre ecoturismo, sobre insularidade, sobre Tema Gerador, sobre Pedagogia de Projetos, passaram a fazer parte da minha vida profissional e do meu cotidiano.

O tempo, mesmo que de forma implacável, não apagou as lembranças da infância e da adolescência, mas me premiou com o amadurecimento pessoal e profissional construído/contraído cotidianamente atravessando a ponte, o que me valeu mais elementos na construção daquele olhar que mencionei há pouco. Agora

mais do que nunca era preciso caminhar para além de uma visão romântica e estabelecer a crítica (construída na academia e na trajetória profissional), para além das margens insulares.

Por essas e outras, trago nesse texto algumas impressões cunhadas ao longo desse processo - de uma leitura crítica em que as disciplinas e as discussões propiciadas pelo curso de mestrado tiveram papel fundamental. Mesmo assim reitero que não se trata de uma conclusão, mas de fazer proposições acerca do entendimento da política municipal empreendida ao longo da década de 1990 para a ilha de Caratateua.

Para compreender o objeto de estudo foi necessário inicialmente me apropriar de conhecimentos acerca da história da cidade de Belém, sua gente, seus movimentos populares até chegar ao processo de urbanização vivenciado a partir da inauguração da Belém-Brasília (a primeira "ponte") e a importância de suas ilhas nesse momento.

Posteriormente, foi necessário fazer a relação entre as transformações ocorridas na cidade e sua ligação com o Estado capitalista, uma vez que uma coisa não se desliga da outra, os acontecimentos não são lineares, portanto o embricamento das questões políticas e econômicas se interconectam. Foi nesse momento que fui compreender que a existência dos planos diretores da cidade e das Ilhas são filhos legítimos da Constituição Federal de 1988, mas com um adendo: o Plano Diretor das Ilhas de Belém, mas precisamente das ilhas de Mosqueiro e Caratateua tem uma singularidade - tem a participação efetiva dos ilhéus, dos movimentos sociais organizados, que se referem ao Consilha, onde este teve plena participação nos rumos da educação na ilha de Caratateua e mais precisamente nas políticas públicas a ela destinadas, onde reitero a idéia de Fischer (2002) de que

"toda ação gestora, seja ela exercida por indivíduos ou coletividades, orienta-se por princípios de mudança e desenvolvimento, seja de microunidades organizacionais, seja de organizações com alto grau de hibridismo e complexidade."

Embrenhar-me pelo terreno dos movimentos sociais da ilha não foi um único vetor para compreender as políticas públicas educacionais, mas foi de suma importância para sustentar as minhas categorias de análise.

Democratização e inclusão são, portanto os fundamentos políticos construídos historicamente, nas duas gestões da década de 1990, em que pese a coloração partidária, ou seja, identificações com partidos de direta ou de esquerda, os caminhos trilhados na busca pela democratização da educação e inclusão social foram diferenciados, como explicitado no texto, o que derivou em resultados diferentes.

O primeiro governo (1993-1996) se pauta no referencial de desenvolvimento sustentável e estabelece ao longo de sua permanência a possibilidade da construção de uma educação voltada para um ambiente ecologicamente viável, valorizando as Unidades para o Desenvolvimento Sustentável (UEDS) e não consegue universalizar a educação básica, mas reitero que a discussão sobre meio ambiente inaugurada a partir desta gestão é inovadora e muda os rumos da educação do município.

O segundo governo (1997-2000) tem como marco a I Conferência Municipal de Educação, precedida de fóruns e debates, onde mais uma vez a universalização da educação básica é a tônica. Esta gestão então valoriza as Unidades de Educação Básica e reconfigura o papel das UEDS, aumenta significativamente o número de vagas nas escolas, a partir da abertura de unidades escolares e

principalmente de anexos - que no caso específico da ilha de Caratateua, a infraestrutura dos mesmos era comprometedora.

A pedagogia de projetos refere-se aos fundamentos pedagógicos de ambas as gestões, pois embora na segunda gestão o Tema Gerador tenha norteado a orientação metodológica para a Rede, especificamente na Escola Bosque essa idéia não vingou amparados na justificativa de que esta escola tem um diferencial do ponto de vista organizacional.

As gestões da década em estudo trazem a marca da discussão nacional da defesa da escola pública, se constituindo em elementos unificadores. Identificar seus limites, fazer a crítica e elucidar suas possibilidades é um dever, pois possibilita o diálogo e o confronto de idéias entre a pesquisa acadêmica e o objeto pesquisado para posterior materialização de ações, caminho possível a partir da não descontinuidade das gestões que obstaculiza um aprofundamento dos processos de democratização e inclusão educacional.

Deixo como sugestão a abertura de uma agenda, como aquela que se abre a cada início de ano, onde possa enumerar prioridades e realizá-las a partir do que os próprios ilhéus elegerem como prioridades, para que possam construir a sua própria história e quem sabe uma nova configuração entre Estado e movimentos sociais, celebrando o novo e então possam ser reconhecidos para além das margens insulares.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. **Revista da Reforma Agrária**. Campinas-SP, abr. - jul., 1989. p. 5-7.

ARAÚJO, José Mariano Klautau. A escola bosque — resumo do projeto. O Liberal.

Belém, 17 maio 1993. Caderno n. 1, p. 10.

\_\_\_\_\_. Trilhas. Belém: Inovar, 2004.

\_\_\_\_. Plano de desenvolvimento sustentável das ilhas de Belém. Belém, 2000. (digitado)

ARAUJO, Tânia A; CARLEIAL, Liana; NABUCO, Maria Regina. Experiência de planejamento regional no Brasil. In: LAVINAS, Lena et al (Orgs). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1993. p. 87-96.

ARELARO, Lizete. Concepção de sistema de ensino no Brasil e competências legais do sistema municipal. São Paulo: 1997. Entrevista (digitada).

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX -** dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: Unesp/Contraponto, 1994.

ARROYO, Miguel. Pedagogias em movimentos - o que temos a aprender dos movimentos sociais. **Currículo sem fronteiras**. v. 3, n. 1. 2003. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org>. Acesso em 12 out. 2004.

AZEVEDO, Sérgio de; PRATES, Antonio Augusto Pereira. Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva. **Revista Ciências Sociais Hoje - ANPOCS**, São Paulo, n. 8, p. 18-25, 1991.

BASTOS, Maxwuel Monteiro. Espaços de formação do profissional de educação: saberes e movimento em rede. In: GARCIA, Regina Leite (Org). **Aprendendo com os movimentos sociais.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BIANCHETTI, R. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1997.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**. jan/fev/mar/abr, n. 19, 2002.

BRAGLIA, Maria Adelina et al. **Crianças no Pará**: a explosão da pobreza. Belém: UNAMAZ/UFPA, 1993.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília. 23 dez 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer 30/2000** – **CEB**. Brasília. Relator. Carlos Roberto Jamil Cury, aprovado em 12 set 2000.

CANO, Wilson. América Latina: do desenvolvimento ao neoliberalismo. In: FIORI, José Luiz. (Org). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações.** Petrópolis: Vozes, 1999.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org.) **Os anos 90:** política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CATANI, Afrânio; OLIVEIRA, Romualdo Portela. Avaliação do Impacto da Constituição paulista de 1989 na expansão do ensino superior público noturno. In: FERREIRA, Naura Syria; AGUIAR, Márcia Ângela (Orgs). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000

CAVALCANTI, Alexandra. Ela manda cada vez mais. **O Liberal**. Belém, 06 mar. 2005. Caderno Mulher, p. 3.

CHAUÍ, Marilena. Janela da alma, espelho do mundo. In: NOVAES, Adalto et al. **O** olhar. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

DEMO, Pedro. Educação e desenvolvimento sustentável - sobre o enfoque integrado do desenvolvimento. **Caminhos da educação**. Belém: PMB/SEMEC, 1996, p. 9-54. (Série Planejamento, n. 4).

DIEGUES, Antonio Carlos. **Ilhas e sociedades insulares**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1986.

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem**: a revolução popular da Amazônia. Belém: CEJUP, 1990.

FARIAS, Flávio Bezerra. **O Estado capitalista contemporâneo:** para a crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Questões de Nossa Época; v. 73).

FAUNDEZ, Antônio. **O poder da participação**. São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção Questões de Nossa Época: v. 18).

FISCHER, Tânia. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FISCHMANN, Roseli. Política Federal de Educação nos Planos Nacionais de Desenvolvimento. In: \_\_\_\_\_. (Coord.) **Escola brasileira:** temas e estudos. São Paulo: Atlas, 1987.

FOLLIS, Fransérgio. **Modernização urbana na Belle Époque paulista**. São Paulo: UNESP, 2004.

FREIRE, Jacqueline Serra. **Juventude ribeirinha**: Identidade e Cotidiano. 2002. 245 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1971.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 5)

\_\_\_\_\_. Educação, trabalho e lutas sociais. In: GENTILLI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **A cidadania negada:** políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

GONÇALVES, Rolando Lalanda. **Insularidade e migração**: contribuição a análise dos processos sócio econômicos de desenvolvimento insular. Lisboa: Montepellier, 2002.

GRACINDO, Regina. Os sistemas municipais de ensino e a nova LDB: limites e possibilidades. In: BRZEZNSKI, Iria. (Org) **LDB interpretada:** diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997.

GUEIROS, Therezinha Moraes. Sistema de educação no município de Belém. **Caminhos da Educação.** Belém: PMB/SEMEC, 1996, p. 9-18. (Série Planejamento, n. 3).

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Ilhas estuarinas e ocupação urbana. In: SIMPÓSIO AMAZÔNIA, CIDADES E GEOPOLÍTICA DAS ÁGUAS, 2003, Belém, **Anais...** Belém: NAEA/UFPA, 2003. p. 157-159.

GUIMARÃES, Júnior. Os 78 anos de Outeiro. **O Liberal**. Belém, 20 nov 1997. Caderno Atualidades, p. 04

IANNI, Otávio. Sociedade global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LAGO, Cleber. **A municipalização das políticas habitacionais:** avaliação da experiência recente 1993-1996 em Belém-PA. Disponível em: <www.ippur.ufrj.br/observatorio>. Acesso: 25 jan. 2005.

LEAL, Sônia. A outra face da crise do Estado do bem-estar social: neoliberalismo e os novos movimentos da sociedade do trabalho. **Cadernos de Pesquisa do NEPP**, n. 13. Campinas: Unicamp/NEPP, 1990.

LIMA, Licínio. **A escola como organização educativa**: uma abordagem sociológica. São Paulo: Cortez, 2001.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Poesia**: obras reunidas. São Paulo: Escrituras, 2001.

LÜDKE Menga; ANDRÉ, Marli. **A pesquisa em educação.** Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MENDES, Glaucia. A experiência de planejamento econômico no Brasil. In: CINTRA, A.; HADDAD, Paulo. (Orgs). **Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 75-142.

MIRANDA, Cybelle Salvador. A ação do Estado no ambiente urbano: os instrumentos legais quanto ao ordenamento dos espaços públicos no município de Belém. **Papers do NAEA**. Belém: NAEA/UFPA, 2000. n. 129.

MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua expressão geográfica.** Belém: Editora UFPA, 1966.

OLIVEIRA, Clayton de et al. **Municipalização do ensino no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor:** a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Ney Cristina Monteiro de. **A política educacional no município de Belém-PA nos anos 80**: os desafios da democratização. 1996. 266 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, Secretaria Municipal de Educação: **Plano decenal de educação para todos, 1993-2003**. 1993.

Lei nº 7.603 de 13 de Janeiro de 1993. Dispõe sobre o Plano Diretor do município de Belém e dá outras providências. <b>Diário Oficial do Município de</b> <b>Belém</b> , Belém, ano XIX, nº 7.434, 13 jan 1993.
Lei nº 7.684 de 12 de Janeiro de 1994. Dispõe sobre o Plano Diretor das lhas de Caratateua e Mosqueiro e dá outras providências. <b>Diário Oficial do Município de Belém</b> , Belém, ano XIX, n. 7.682, 13 jan 1994.
Lei nº 7.722 de 07 de Julho de 1994. Dispõe sobre o sistema municipal de educação. <b>Caminhos da Educação.</b> Belém: PMB/SEMEC, 1996, p. 145-159. (Série Planejamento, n. 3).
Lei 7.747 de 02 de Janeiro de 1995. Autoriza o poder Executivo a criar o centro de referência em educação ambiental — escola bosque professor Eidorfe Moreira, na ilha de Caratateua, distrito de Outeiro, município de Belém e dá outras providências. <b>Caminhos da Educação</b> . Belém: PMB/SEMEC, 1996, (Série Planejamento, n. 6).

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação. **Caminhos da Educação.** Belém: PMB/SEMEC, 1996, p. 145-159. (Série Planejamento, n. 3).

PMB/SEMEC, 1996, p. 9-54. (Série Planejamento, n. 4).

Secretaria Municipal de Educação. Caminhos da Educação. Belém:

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação: **Cadernos de Educação.** n. 01. Belém: PMB/SEMEC, 1999.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação: I Conferência Municipal de Educação. Belém: PMB/SEMEC, 1999.

Projeto Alternativo para ocupar Outeiro. **O Liberal**. Belém, 26 mar. 1991. Caderno n. 1, p. 2.

RICCI, Ruda. Contradições na implementação das ações de participação. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 36, 2004.

RODRIGUES, Eliene Jacques. **Banidos da cidade, unidos na condição**: Cidade Nova; espelho da segregação social em Belém. Belém: UFPA/NAEA,1998.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço.** Diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

SANTOS, Paula. Emancipação não seduz Outeiro. **O Liberal**. Belém, 15 fev. 1993, Caderno Atualidades, p. 2.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SILVA, Maria Abadia da. **Intervenção e consentimento**; a política educacional do Banco Mundial. Campinas: Autores Associados. São Paulo: Fapesp, 2002.

SILVA, Maria de Jesus Benjamim da. **Caratateua**: a ilha e o subúrbio. 1995. 272 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SILVA, Rose. Política educacional para os anos 90. In: ANTUNES, Ana Maria; HAGUETTE, André. (Orgs.) **Estado e educação**. São Paulo: Papirus, 1992. (Coletânea CBE).

SILVA, Tomaz. Apresentação. In: PUCCI, Bruno (Org) **Teoria crítica e educação:** a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt. Petrópolis: Vozes. São Carlos-SP: EDUFISCAR, 1994.

TELLES, Vera. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina. (Org) **Os anos 90:** Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense,1994.

THIOLENT, Michel. **Crise metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Livraria e Editora Polis, 1987 (Coleção Teoria e História).

TRINDADE Jr. Saint Clair. Cidadania e (re) produção do espaço urbano de Belém. In: DINCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel (Orgs) **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

## **ANEXOS**

#### ANEXO 1

## ROTEIRO DE ENTREVISTA I GESTOR DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## I- Identificação pessoal:

- a) Nome:
- b) Período de gestão:
- c) Nível de escolaridade:
- d) Tempo de atuação na área de gestão:

#### II- Enfoque do objeto de pesquisa:

- a) Como se deu sua forma de ingresso no cargo de gestor da política municipal de educação? O que foi levado em consideração para a sua escolha?
- b) Faça um breve panorama de sua atuação no cargo, levando em consideração o quadro geral da educação do município no período referente a sua gestão.
- c) Que considerações você tem a fazer sobre a mesma questão, no que diz respeito à ilha de Caratateua?
- d) Faça um comentário acerca da implantação do Subsistema Educacional de Unidades para o Desenvolvimento Sustentável que atribui a existência das UEDS e das UEB.
- e) Houve prioridade por parte de sua gestão em atuar efetivamente em uma dessas duas Unidades de Educação? Como se deu esta decisão?
- f) Segundo registram os documentos oficiais da Secretaria de Educação, sua gestão ancorou-se nos princípios X, Y, Z. Como se deu esta decisão?

- g) Comente sobre a política e/ou ações implementadas, a partir desse princípio, especificamente, na ilha de Caratateua?
- h) Que relação existe entre a política e/ou ações implementadas na ilha de Caratateua e os planos estabelecidos no decorrer da sua gestão?
- i) Que relação existe entre a política e/ou ações implementadas na ilha de Caratateua e o Plano Diretor das Ilhas de Caratateua e Mosqueiro, instituído em 1994?
- j) Durante o período de sua gestão, como você avalia a sua relação com os movimentos sociais da ilha, no que se refere à questão educacional? E com os pais e a comunidade local?

#### **ANEXO 2**

# ROTEIRO DE ENTREVISTA II MORADOR DA ILHA DE CARATATEUA

### I- Identificação pessoal:

- a) Nome:
- b) Tempo de moradia na ilha de Caratateua:
- c) Nível de escolaridade:

## II- Enfoque do objeto de pesquisa:

- a) Faça um relato acerca da ilha de Caratateua referente à década passada, considerando aspectos como: as transformações que ocorreram na ilha (se você considera que houve), a relação com o poder público (a Prefeitura ou Agência Distrital) e mais detidamente sobre a educação.
- b) Comente a sua atuação em entidades, movimentos sociais, instituições episódicas ou orgânicas.
- c) Comente sobre a sua atuação nos movimentos sociais, mais especificamente no Consilha, e se fez parte da criação desse Conselho. Se exerceu algum cargo, enfatize o período, bem como a sua atuação.
- d) Qual era o entendimento do Consilha sobre as questões referentes à educação?
- e) Que ações no âmbito da educação o Consilha considerava mais urgentes para a ilha de Caratateua? Por quê?
- f) Qual a relação do Consilha com o Poder Público, mais especificamente com a Secretaria de Educação (Semec)?

- g) Que ações no âmbito educacional foram implementadas na ilha de Caratateua que você considera que tenham sido frutos dos anseios da comunidade? Comente sobre elas.
- h) Como você avalia a presença e/ou a ausência da Semec nos dois governos da década de 1990? Enfatize as ações ou a não realização de ações que correspondem à sua avaliação.
- i) Você considera que a ilha de Caratateua foi beneficiada com políticas públicas educacionais ao longo da década de 1990? Em que medida?